

O capitalismo unifica
o mundo

Francisco José Calazans Falcon

Professor Titular de História Moderna e Contemporânea
da Universidade Federal Fluminense

PRÓLOGO — NÓS E O CAPITALISMO

Não foram poucas as dúvidas, tampouco os nossos receios, diante do compromisso assumido para a elaboração deste texto. Dúvidas tanto teóricas como didáticas, receios quanto aos leitores e suas leituras. As dúvidas, tentei resolvê-las da maneira que considere a mais exequível; já os receios, para que possa exorcizá-los, exigem, logo de início, recordar a resposta de J. Schumpeter, em 1942, à pergunta: “Poderá sobreviver o capitalismo?”

“Do ponto de vista da prática imediata e do objetivo de previsões a curto prazo — e, nesses casos, séculos são realmente curtos prazos —, tudo que ocorre na superfície pode até ser mais importante do que a tendência para uma nova civilização, que lentamente evolui nas profundezas” (1961, p. 204).

Dadas as conhecidas simpatias de Schumpeter pelo sistema capitalista, não fosse ele o autor que mais exaltou o papel do empresário na história do capitalismo, não poucos hesitam, ainda hoje, quanto ao sentido das palavras acima, esquecendo-se, talvez, que elas complementam uma longa análise da “tendência à autodestruição inerente ao capitalismo” no curso da qual Schumpeter reconheceu que “a visão de Marx [neste particular] foi correta”.

Hoje, parece que a História desmentiu tais reflexões. À época em que Schumpeter as formulou, a “Nova Ordem” nazi-fascista parecia vitoriosa e irresistível; na época atual, uma “Nova Ordem Mundial”, ancorada na “Globalização”, parece também vitoriosa. Mais uma vez proclama-se o “Fim da História” e o “Triunfo do capitalismo”.

Que não se tome, porém, a história que se segue como sendo a consagração ou mesmo o reconhecimento de tal “triumfo”. Quer assim o desejem ou não seus coveiros, a História continua, e este trabalho constitui uma aposta, nossa aposta, na natureza histórica do capitalismo — da maneira entrevista por Schumpeter há mais de meio século.

INTRODUÇÃO: CONCEITOS, ESPAÇOS E TEMPOS

a) Os conceitos

Nosso trabalho seria muito mais simples caso as palavras possuísem sempre um significado claro e distinto, ou seja, se suas relações com as coisas fossem unívocas e imutáveis. Neste caso, convenhamos, não haveria maiores dúvidas com palavras como “capitalismo”, “mercado”, “mundo” etc. Bastaria ao leitor ler qualquer uma delas para, imediatamente, apreender-lhes a significação.

Todavia, como sabemos, são muitos os problemas existentes nessa esfera. A relação entre as palavras e as coisas é aleatória e, na verdade, as palavras remetem a outras palavras, e não propriamente às coisas em si. Além disso, quando precisamos lidar com os conceitos, os termos que os designam correspondem a idéias gerais e abstratas que condensam e organizam aspectos múltiplos de objetos de reflexão segundo os pressupostos teóricos de quem elabora esses conceitos. Explicitar o sentido de termos de caráter conceitual já implica, portanto, algum tipo de comprometimento teórico.

Tais problemas até que poderiam ser deixados de lado neste texto não fora a circunstância de precisamente os conceitos de “capitalismo” e “mercado” constituírem, hoje em dia, os divisores de águas entre as “novas abordagens” e as mais “antigas”, ou clássicas, como logo iremos ver.

Começemos, então, pela idéia de “mercado”.

É claro que todos nós conhecemos um mercado: trata-se de um lugar onde se realizam compras e vendas. Nosso dia-a-dia está repleto de alusões a variados tipos de mercados, quer do ponto de vista de suas especialidades — de peixe, de hortigranjeiros, de automóveis etc., quer das suas dimensões: minimercados, supermercados, hipermercados etc. Entretanto, também estamos acostumados à idéia de mercados cujo “lugar”, se é que existe como tal, é indefinido: mercado financeiro, mercado imobiliário, mercado de ações, mercado cambial, e tantos outros. Temos neste caso algo assim como um campo de atividades, mais ou menos institucionalizadas, distribuídas por variados tempos e/ou lugares, segundo objetivos e regras aceitos por todos aqueles que delas participam. A novidade, no caso, é introduzida quando se admite, como premissa, que o funcionamento do mercado constitui uma espécie de mecanismo automático e independente das ações e intenções dos indivíduos que dele participam.

Embora a “teoria dos mercados”, enquanto componente fundamental das chamadas abordagens substantivas, ou antropológicas, da economia, nos revele as variedades e complexidades dos mercados, basta-nos aqui considerar o mercado em sua acepção moderna, associada à história europeia a partir do fim da Idade Média. Nesta acepção específica, o mercado, como instituição, é o centro das trocas, e aí “comércio” significa a “troca real”, ao passo que “moeda” (dinheiro) é o “meio” que permite ou facilita essa troca. Reunindo-se agora, comércio e moeda, constata-se que o comércio é determinado pelos “preços” (expressos em valores monetários), enquanto estes, concebidos como “função do mercado”, são resultantes das relações que se estabelecem, a cada passo, entre as ofertas e as demandas de quantidades variáveis de bens e serviços (Polanyi e Arensberg, 1975).

O mercado genérico é então algo como um “sistema” de dimensões variáveis que articula todo um conjunto de mercados concretos, de produtos destinados ao consumo ou a novos negócios, ou de fatores de produção (terra, capitais, trabalho). Será, no entanto, que tal mercado se apresenta como auto-regulado?

Na concepção econômica “clássica”, o conceito de mercado pressupõe o mecanismo auto-regulador. Seria assim que se poderia explicar por que as ações individuais, egoístas e contraditórias, de múltiplos indivíduos, como compradores ou vendedores, em busca da obtenção do maior lucro ao menor custo possível, não degeneram num verdadeiro caos mas, ao contrário, produzem o progresso e o “maior benefício possível para o maior número”. A. Smith atribuiu esse funcionamento perfeito e imprevisível, que lembra o mecanismo de um relógio, à “mão invisível da Providência”.

Não viria ao caso discutirmos, aqui e agora, a natureza de tal mecanismo ou a qualidade real do seu automatismo. É uma crítica que já foi feita há muito tempo e continua de pé. Interessa-nos, sim, delimitar historicamente — no espaço e no tempo — a existência de um “mercado internacional”.

Conforme a maioria dos historiadores, é no mínimo problemática a hipótese da existência, do século XV ao XIX, de um verdadeiro e amplo sistema de mercado auto-regulado, ainda que somente no âmbito europeu. Haveria nessa época um conjunto de mercados distintos, ora mais próximos, ora mais distanciados do “mecanismo auto-regulador”, a exemplo do mercado de capitais, para os mais próximos.

Ora, é precisamente nesse passo que se torna necessária uma alusão às “novas abordagens” no âmbito do nosso tema, quer em relação ao conceito histórico de “mercado”, quer a respeito do conceito de “capitalismo”.

Essas novas abordagens, produzidas na década de 1970, trabalham com a hipótese de que se estruturou, já no século XVI, uma “economia-mundo européia” (Braudel, 1976), o “sistema mundial moderno” (Wallerstein, 1974) em bases nitidamente “capitalistas”. A admitir-se tal hipótese, não se trataria de fazer aqui uma síntese da história da “constituição do mercado internacional” mas, quando muito, de seu desenvolvimento, do século XVI ao XIX.

No entanto, é em relação ao conceito de “capitalismo” que os problemas se acentuam.

Para que se possam compreender as bases e implicações teóricas dessas novas abordagens, deve-se ter em vista que os seus autores, como Wallerstein, as apresentam como baseadas em Marx. De fato, há alguns textos de Marx que, à primeira vista, parecem compatíveis com tais abordagens, como, por exemplo:

“Não há dúvida de que as grandes revoluções dos séculos XVI, XVII, que as descobertas geográficas provocavam no comércio e que impulsionavam o desenvolvimento rápido do capital mercantil, constituem um fator essencial, tendo acelerado a passagem do modo de produção feudal ao modo capitalista” (*Le Capital*, III,1, 341).

“Se bem que os primeiros esboços da produção capitalista tenham se realizado desde cedo em algumas cidades do Mediterrâneo, a era capitalista data somente do século XVI” (*Le Capital*, I, 3,155/6).

Assim, descontextualizadas e tomadas ao pé da letra, estas e outras passagens parecem insinuar efetivamente a existência do “capitalismo” e do “mercado mundial” (capitalista) já no século XVI — o “sistema mundial capitalista europeu” de Wallerstein. Neste caso, não é apenas a noção de “Capitalismo comercial” que se legitima teoricamente, mas é o conceito mesmo de capitalismo como “modo de produção” que está em jogo. Substituindo este último, temos então o capitalismo como “produção para lucro num mercado” ou, ainda, a “busca e a realização do lucro através da comercialização de mercadorias”.

Chegando agora ao que realmente nos interessa aqui, vejamos, rapidamente, as principais implicações possíveis dessas divergências conceituais para a nossa exposição:

1ª — A história da constituição do mercado internacional tem sido tradicionalmente entendida como um processo que envolve os Estados modernos europeus, enquanto formações sociais diferentes umas das outras e que disputam entre si os lucros mercantis e financeiros resultantes da exploração do comércio colonial conforme as idéias e práticas mercantilistas comuns aos “antigos sistemas coloniais”. Resultam dessa concepção dois corolários essenciais: primeiro, os séculos que antecederam a Revolução Industrial são, por definição, pré-capitalistas, logo, o mercado internacional é dominado, ao longo desses séculos, pelo capital comercial; segundo, cada formação social então existente, inclusive aquelas das áreas coloniais, constitui uma espécie da totalidade histórica específica, ou seja, com características estruturais próprias, até mesmo em relação à acumulação primitiva do capital.

2ª — A história do mercado internacional abordada em termos da análise do “sistema mundial moderno”, capitalista e europeu parte da constituição de tal mercado já em princípios da Era Moderna e seu objetivo é a “articulação, pelo mercado, de vários modos de produção”, ou seja, formas diferenciadas de “recrutar e remunerar a mão-de-obra”, tais como o escravismo, a servidão, a encomienda, a parceria, o arrendamento e o assalariamento. Nesta perspectiva, portanto, há somente uma totalidade — o mercado mundial —, sistema que integra e hierarquiza regiões e modos de produção distribuídos por três zonas ou blocos: centro, periferia e semiperiferia. Temos, então, três corolários: há apenas uma transição, precisamente aquela que deu origem ao “sistema” (século XVI); a acumulação é um processo único, em escala mundial (Frank, 1977); e Revolução Industrial e capitalismo são coisas distintas.

b) Os espaços e tempos

As histórias que costumamos ler em muitos compêndios, centradas na Europa, quase nada nos dizem da existência de outros “mundos”, ou civilizações contemporâneas, por exemplo, do mundo europeu medieval. O peso do eurocentrismo é de tal monta que tendemos a absorver acriticamente noções como “descobrimientos”, “descobertas” etc. Aliás, embalados pelo discurso dominante, sequer nos lembramos de que a própria idéia de “Europa” é algo recente e historicamente construído.

Os territórios que chamamos de “Europa” constituíam, para os seus habitantes medievais, uma comunidade espiritual — a cristandade — tecida pelas instituições e agentes da Igreja Católica Romana e chefiada pelo papa. Se a Igreja constituía a face visível da Cidade de Deus, outra, bem diversa, era a Cidade dos Homens, governada por poderes seculares múltiplos e rivais. Dividida em duas pelo Grande Cisma do Ocidente (1066), que separara do Império Bizantino, sediado em Constantinopla, as regiões do Antigo Império Romano do Ocidente, a cristandade defendia-se, nas suas fronteiras orientais, das incursões dos cavaleiros mongóis e magiares, ao passo que, nas fronteiras ocidentais, os reinos cristãos ibéricos davam prosseguimento à cruzada da Reconquista, só concluída em 1492 com a conquista do reino mourisco de Granada.

Para além de seus limites, a cristandade convivera, desde o século VII, com os muçulmanos. Convivência difícil, marcada por ódios ou desconfianças de ambos os lados, mas também por intensas relações comerciais e culturais de um extremo a outro do Mediterrâneo. Pirataria, guerras, comércio, este, sobretudo, em proveito de venezianos, genoveses e comerciantes de outras cidades italianas ou não. A expansão dos turcos otomanos, ao longo do século XIV, acelerou-se nos dois séculos seguintes e ergueu em face da cristandade a grande muralha do Império Otomano, conquistador de Constantinopla (1453), dos portos do Levante (Síria e Egito), e em avanço constante pela península balcânica, rumo a Viena.

Através de relatos de viajantes árabes, ou das narrativas de alguns europeus que haviam atingido o Oriente cruzando as estepes e passos montanhosos da Ásia Central, como fora o caso de Marco Polo (século XIII), os cristãos possuíam vagas noções a respeito da existência de outros povos, não propriamente infiéis, como os seguidores de Maomé, mas certamente pagãos ou gentios. Mas o desconhecimento quase total propiciava rédeas soltas à imaginação, fonte inesgotável de visões maravilhosas e perigos assombrosos.

Levaríamos muito tempo caso quiséssemos acompanhar os passos desses cristãos mundo afora, “descobrimo” e conquistando, conquistando e explorando, do século VI ao XIX. Imaginemos portanto qual teria sido a visão de um extraterreno que houvesse chegado ao nosso planeta no fim do século XV ou começo do XVI. Havia, claro, a “Europa cristã” e o Império Turco, mas, e além deles? Caso o tal marciano observasse o continente africano, por exemplo, perceberia, na sua parte setentrional, domínios islâmicos, do Egito

ao Marrocos, e uma lenta penetração do islã em direção às regiões sul-saarianas do centro e sudoeste. Quanto ao restante do “continente negro”, um fervilhar de tribos, reinos e impérios, fazendo-se e desfazendo-se em lutas endêmicas. Para leste, o Índico e o subcontinente indiano — uma economia-mundo rica e articulada envolvendo árabes, persas, indianos e malaios —, hindus e muçulmanos. Em 1526, o Sultanato de Délhi (Déli) foi substituído pelo Império Grão-Mogol, um poder islâmico em geral tolerante para com o hinduísmo e cuja presença, até à primeira metade do século XVIII, assinala uma época de grande prosperidade e paz relativa. Mais adiante, os reinos do Sudeste Asiático, como o Sião, mas principalmente a hegemonia de uma cidade mercantil — Malaca — estrategicamente situada e favorecendo a rápida islamização da Insulíndia — Sumatra, Java, Celebes, Banda, Molucas — e se estendendo a Mindanao (ao sul das futuras Filipinas). A dissolução do Império do Majopahit, hinduísta, no arquipélago que viria a ser a Indonésia atual, criou vários outros centros de poder, rivais em termos políticos e religiosos. Ainda mais adiante, a China, o Celeste Império, onde, desde 1368, a dinastia Ming havia liquidado o jugo mongol. Uma China que incorporou territórios desde a Coréia ao atual Vietnã, como tributários do poder imperial, uma outra economia-mundo, na verdade.

Logo, mesmo deixando de lado a maior parte da África e a totalidade da América, existiam, no começo do século XVI, três grandes impérios — turco, indiano e chinês — e uma economia-mundo — no Índico —, aos quais se poderia acrescentar a Moscóvia (Rússia), império em rápido processo de expansão para o oriente (Sibéria) e para o sul — a expensas dos domínios turcos e mongóis.

Em face do tamanho e da riqueza desses impérios, ou economias-mundos, a “economia-mundo europeia” compreendia apenas as regiões que se estendiam das costas do Mar Oceano (Atlântico) ao Elba ou, no máximo, ao Vístula; em sentido sul-norte elas se estendiam do litoral do Mediterrâneo ao Mar do Norte e partes do Báltico. Rotas terrestres e marítimas ligavam entre si os dois pólos econômicos de então: o centro-norte da Itália e os Países Baixos, isto é, Veneza, Gênova, Bruges e Antuérpia.

A constituição do mercado internacional pelos europeus teve como ponto de partida uma expansão espacial mas não se esgotou aí. Para realmente compreendê-la precisamos dimensioná-la temporalmente. Este *dimensionamento temporal* compreende a delimitação de períodos e a caracterização das principais conjunturas.

Atendendo a motivos didáticos, mas também em função de razões teóricas, este trabalho está dividido em duas grandes épocas — a pré-capitalista e a capitalista. Tais épocas não têm uma delimitação cronológica precisa e, sobretudo, homogênea em termos de formações sociais concretas. Optamos, então, por considerar pré-capitalistas os séculos XV/XVI ao XVIII e capitalistas os séculos XIX e XX.

Ao tratar de periodizações no interior dessas épocas dispomos, é claro, das tradicionais divisões referidas às hegemonias sucessivas das grandes potências marítimas. Entretanto, hoje em dia, as preferências recaem sobre as conjunturas com suas alternâncias de períodos de prosperidade e de crise, mais adequadas, inclusive, aos nossos objetivos.

A fim de compreendermos melhor essa perspectiva conjuntural é necessário lembrar que as variações conjunturais dependem das relações entre os movimentos demográficos e os da produção, consumo, moeda e crédito. Convém ainda ter presentes as diferenças entre os dois “regimes econômicos” chamados, por E. Labrousse, de “antigo” e “novo”, ou contemporâneo, na realidade pré-capitalista e capitalista, respectivamente.

O “antigo regime econômico” possui três características estruturais básicas e um mecanismo específico de desencadeamento e propagação das suas crises. Como características, observa-se: 1. Predominância da agricultura; 2. Precariedade dos transportes; e 3. Indústria de bens de consumo. A importância decisiva da agricultura se verifica de diversas maneiras: mais de 80% da população vivem nas áreas rurais, a produção agrícola supera em valor a produção industrial, a produtividade agrícola é baixa e se cultivam basicamente cereais e forragens. Os transportes são caros e insuficientes, pois as estradas são poucas e mal conservadas, ficando impraticáveis no inverno, sobretudo ao trânsito de carroças. Rios, lagos e mares oferecem menos problemas mas não resolvem as limitações devidas à lentidão, baixa capacidade de carga e dependência de fatores climáticos. A indústria, dividida entre cidade e campo, produz sobretudo artigos destinados ao vestuário, construção e atividades agrícolas. As manufaturas, concentradas ou dispersas, apesar de importantes, não fogem à regra do domínio absoluto dos bens de consumo.

O mecanismo responsável pelo desencadeamento e propagação das crises nesse “antigo regime econômico” obedece, em geral, a um mesmo esquema: uma sucessão de más colheitas reduz drasticamente a produção de grãos e eleva rapidamente o preço do pão — é a “crise das subsistências”, tornando a fome, agora, epidêmica. A mortalidade aumenta, as cidades incham

com a chegada dos refugiados das áreas rurais, a ordem pública é ameaçada por arruaças, revoltas, protestos contra os açambarcadores etc... A crise se propaga, assim, do campo à cidade na medida em que o comércio declina e as oficinas paralisam suas atividades, ao mesmo tempo que as autoridades se preocupam com as desordens e a queda das rendas fiscais. Uma outra característica dessas crises é seu caráter regional mais ou menos extenso e cheio de contrastes entre regiões relativamente próximas. As condições das estradas e meios de transporte limitam bastante a movimentação de grandes quantidades de cereais de um lugar para outro. A duração de tais crises é variável e, em geral, elas terminam aos poucos, com o retorno das boas colheitas e a queda mais ou menos acentuada do contingente demográfico.

Já o novo regime econômico, contemporâneo, típico do capitalismo industrial e bancário, possui, como características: 1. Predomínio da produção industrial em termos de valor e importância; a indústria pesada prepondera, economicamente, sobre as indústrias leves, ou seja, mineração, siderurgia, metalurgia, química, eletricidade e máquinas são as indústrias dominantes; 2. Os transportes oferecem, cada vez mais, rapidez e capacidade de carga, a custos decrescentes, do que resultam, primeiro, a unificação do mercado nacional e, logo a seguir, a integração, em nível mundial, de mercados regionais, com a conseqüente especialização da produção — “divisão internacional do trabalho”; e 3. O mecanismo das crises periódicas se modifica, pois, em lugar das crises de subsistência tem-se, agora, as crises de superprodução e de baixa dos preços.

As crises econômicas estão na origem de diversos tipos de flutuação ou “ciclos” cujas durações variáveis geraram várias classificações e denominações. Grosso modo, distinguem-se os ciclos longos e os curtos, dos quais os mais interessantes para a história econômica são os movimentos de longa duração, interdecenais, ditos movimentos Kondratieff, que François Simiand dividiu em duas “fases”: A (prosperidade) e B (depressão). Teríamos, assim:

- a) 1350-1450 — fase B; crise do final da Idade Média.
- b) 1450-1620/50 — fase A; “revolução comercial” e dos preços.
- c) 1620/50-1720/30 — fase B; “crise do séc. XVII”.
- d) 1720/30-1810/17 — fase A; “prosperidade do Setecentos”.
- e) 1810/17-1850/51 — fase B; crise de passagem do “antigo” ao “novo regime econômico”.

f) 1850/51-1873 — fase A; prosperidade da primeira industrialização.

g) 1873-1896 — fase B; “grande depressão do século XIX”.

h) 1896-1929/30 — fase A; prosperidade “fim de século”, até à crise de 1929 (Bouvier, 1961).

Desenhados, portanto, os grandes contornos dos espaços mundiais e descritos os mecanismos conjunturais, a começar pela cronologia da prosperidade e depressão, podemos agora passar à história da unificação do mundo pelo capitalismo.

c) A historiografia da expansão

À primeira vista, talvez o tema do presente texto possa ser classificado como de história econômica. Na realidade, ele é muito mais abrangente. Abordá-lo apenas do ponto de vista econômico seria algo bastante reducionista e empobrecedor. De fato, a história da constituição do mercado internacional envolve e articula economia, política e cultura em torno de um eixo comum ao qual se poderia chamar, de maneira simplificada, a “expansão européia” — comercial e colonial.

A noção de “expansão européia” soa hoje em dia como um objeto historiográfico algo “datado”. Com efeito, sua historiografia caracteriza-se (século XIX e primeira metade do XX) pelas narrativas de viagens e conquistas e vicissitudes dos estabelecimentos europeus “fora da Europa”. Aventura, coragem, decisão caracterizam as personalidades e ações dos heróis “civilizados” em face do desconhecido representado por paisagens e seres “exóticos”, bárbaros ou não, mas, sobretudo, diferentes. Embora variem, conforme a época que se considere, os argumentos e pretextos europeus, o “direito” ou “dever” da conquista e colonização são vistos em geral como “naturais” e necessários e capazes de beneficiar colonizadores e colonizados.

O processo de descolonização afro-asiática, após a Segunda Guerra Mundial, fez cair no esquecimento as antigas “histórias da colonização”, substituídas por histórias de regiões e países *hors Europe*. Historiadores ocidentais e afro-asiáticos ampliaram as pesquisas sobre a história “antes dos europeus”; o período colonial, encarado como uma espécie de interregno, foi investigado em busca das perspectivas e comportamentos dos colonizados — ou “vencidos”.

Tais mudanças de perspectivas foram, ou têm sido, mais evidentes em três setores: o econômico-social, o político e o cultural.

A *história econômica e social da expansão* fincou pé, por muito tempo, em dois temas: a tipologia dos empreendimentos coloniais e a ênfase no caráter dependente das áreas coloniais. No primeiro caso, preponderam os inventários das diferenças entre as “colônias propriamente ditas” e os “enclaves” mercantis (feitorias, entrepostos, possessões territoriais restritas); a seguir, a diferenciação, hoje “clássica”, entre as colônias de povoamento e as de exploração — de plantação ou de mineração. No segundo caso, a análise da estrutura e de funcionamento do “antigo sistema colonial” enfatiza o caráter dependente, “voltado para fora”, da economia colonial, isto é, o papel decisivo das relações metrópole-colônia no âmbito do “capitalismo comercial”.

Nas últimas décadas, no entanto, não somente vêm sendo relativizadas as diferenças entre “povoamento” e “exploração” como, principalmente, têm-se multiplicado pesquisas, estudos e debates que questionam ou relativizam algumas das implicações da teoria tradicional do sistema colonial, quer acerca dos “modos de produção coloniais”, quer, sobretudo, a respeito do “mercado interno” colonial, o papel nos núcleos urbanos, a importância comercial dos contrabandos e o peso sócio-econômico dos grandes comerciantes e traficantes de escravos coloniais. Na Ásia, por outro lado, vem sendo evidenciada a importância dos circuitos mercantis regionais para os negócios dos comerciantes europeus, a exemplo do *country trade* indiano.

A *história política da expansão*, superando as crônicas das ações militares e negociações diplomáticas, volta-se para dois tópicos: as formas de resistência e as práticas de cooptação ou interpenetração social. Resistência dos colonizados indígenas e negros sobretudo mas também de colonos; cooptação ou interpenetração entre muitos colonizadores (autoridades civis e militares) e elites coloniais em função de interesses comuns. O quase-silêncio sobre as formas variadas de resistência, assim como a tradicional dicotomia Estado (Coroa) *versus* sociedade (elites coloniais), ficaram para trás. Também quanto à África e Ásia, novas abordagens e questionamentos modificaram substancialmente a visão e o conhecimento da natureza de suas estruturas políticas e sociais e das suas atitudes diante dos comerciantes europeus e suas companhias de comércio.

Enfim, a antiga perspectiva de uma expansão passivamente “sofrida”

pelos não-europeus é coisa do passado. Tal mutação historiográfica é ainda mais perceptível na esfera da *história cultural*. Aqui, com efeito, a expansão passou a ser encarada, no âmbito da história das mentalidades e da história intelectual ou das idéias, tanto do ponto de vista dos europeus como das culturas ultramarinas. As “visões do outro”, em diferentes épocas e circunstâncias, especialmente na cultura europeia, ocupam lugar de destaque na historiografia recente, marcando os “encontros, e desencontros, de culturas e civilizações”.

Apenas para exemplificar, vejamos a mutação que se opera nas atitudes mentais europeias em relação à Índia e China por volta de 1800, ou seja, na época em que chegam ao término o “antigo sistema colonial” e a era do capitalismo comercial.

No caso da Índia, observa-se claramente como a visão idealizada das suas instituições, popularizada por Raynal, começa a ser substituída por apreciações negativas dos hindus e do hinduísmo: o sistema de castas, os costumes “bárbaros”. A pobreza e a ignorância são atribuídas à religião hindu, no momento mesmo em que a Revolução Industrial inglesa desarticulava e destruía a produção indiana de tecidos de algodão para exportação.

Quanto à China, modelo de monarquia esclarecida para os filósofos da Ilustração, sua resistência aos ocidentais leva estes últimos a substituírem a antiga admiração pela civilização dos mandarins por uma crescente impaciência ou irritação diante do “imobilismo” e “atraso” da China. Sedas, porcelanas, chá, *chinoiseries*, encantavam os europeus mas os chineses desprezavam os produtos ocidentais — apenas a prata lhes interessava. A China era um gigantesco mercado potencial para as indústrias em expansão na Europa — por que não “abri-la” ao comércio e à civilização?

PARTE I — A ERA DO CAPITALISMO COMERCIAL

Conhecida também como a época do surgimento do “capitalismo moderno”, esta é a era marcada pelo domínio do capital mercantil.

A) PRESSUPOSTOS POLÍTICOS, SOCIAIS E CULTURAIS DA EXPANSÃO PRÉ-CAPITALISTA

1. O quadro político

O mapa político europeu, até o final do século XVIII, caracteriza-se pelo domínio do Estado monárquico absolutista. Enquanto forma política, esse Estado corresponde ao resultado de um processo plurissecular que marcou a passagem do Estado feudal ao moderno, através da centralização do poder (tanto territorial como administrativa) e de sua concentração em mãos de um príncipe, ungido pelo direito divino e perpetuado pela sucessão hereditária. Centralização e concentração se fizeram à custa dos poderes e jurisdições senhoriais da nobreza e do clero, isto é, da “domesticação” da aristocracia civil e eclesiástica, e das limitações impostas às autonomias municipais dos “burgueses”. Seus instrumentos decisivos foram tanto de natureza ideológica e jurídica como de caráter prático: a imposição, pelo príncipe, em nome da sua autoridade suprema e absoluta, do seu monopólio fiscal, judiciário e do uso da força. Poder tributar e taxar livremente os súditos, impor a soberania da justiça régia, controlar o uso das armas — “vigiar e punir”, como analisa Foucault (1975) —, são as peças essenciais do poder absolutista.

O Estado absolutista representa, em termos históricos, a manutenção da hegemonia aristocrática embora, simultaneamente, em função da sua dinâmica política econômica e financeira, ele tenha favorecido, em escala variável, o desenvolvimento mercantil e manufatureiro e, portanto, a expansão dos setores burgueses. Ao fim e ao cabo, as dificuldades cada vez maiores para harmonizar as perspectivas e interesses contraditórios da aristocracia e da burguesia levaram o Estado absolutista à crise, isto é, a Revolução Liberal (Koselleck, 1972).

Tanto os Estados absolutistas como as “Repúblicas” — antigas, ou urbanas, como Veneza e Gênova, ou “modernas”, como as Províncias Unidas (Falcón, 1994) — empenharam-se, em maior ou menor grau, no estabelecimento de entrepostos mercantis e/ou conquistas territoriais em regiões extra-europeias, do século XVI ao XVIII. Tais empreendimentos foram realizados, na maior parte dos casos, por companhias de comércio organizadas, quase sempre, pelo Estado e com a sua participação financeira em muitas delas, além dos “privilégios” (monopólios e isenções fiscais) concedidos a essas

empresas mercantis. Decorrem de tais características algumas das idéias e práticas mais típicas do chamado “Antigo Sistema Colonial”, a começar por sua estreita vinculação aos interesses e decisões dos governos absolutistas — ou republicanos, no caso holandês. Compreender-se-á assim por que a expansão marítima, comercial e colonial, além de econômica, é também política, daí estarem nela envolvidos comerciantes, militares, burocratas e missionários.

2. As estruturas sociais

Designa-se, em geral, como Antigo Regime a sociedade da maioria dos países europeus anterior à Revolução. Tal designação, produzida durante a Revolução Francesa por aqueles que queriam justamente liquidá-lo, indica um tipo de sociedade onde imperavam a desigualdade e o privilégio. Uma sociedade cujas representações se baseavam em noções como as de “estado” e “ordem”, ou seja, uma sociedade dividida em estamentos e ordens tendo em vista deveres e direitos distintos de acordo com o nascimento, função e posição hierárquica de cada um no seu grupo social. Nessa sociedade, há uma linha que separa o nobre do plebeu e outra que marca as diferenças ou distâncias entre os grupos detentores de algum tipo de privilégio e aqueles totalmente destituídos. Pode-se, é claro, sublinhar as diferenças entre “sociedade rural” e “urbana”, ou discutir, como já foi moda, a “realidade” ou não dos estamentos e classes sociais. Atualmente, tende-se a utilizar o conceito de “Sociedade de Corte” (Elias, 1987) na medida em que alguns historiadores o consideram bem mais preciso para descrever e explicar as características fundamentais das sociedades européias anteriores à Revolução.

Interessam-nos mais aqui, no entanto, dois aspectos: o crescimento da(s) burguesia(s), isto é, de seus negócios, no interior dessa sociedade e a oposição ao absolutismo. Quer ocupando, cada vez mais, posições no aparelho do Estado, quer buscando o seu próprio enobrecimento, pela compra de terras e títulos ou uniões matrimoniais, a burguesia afirma sua presença e introduz sua visão de mundo nessa sociedade, ao mesmo tempo que seus setores mercantis e financeiros atuam à sombra da proteção do Estado ou lucram com os apertos financeiros deste. E, não menos importante, em alguns países ou regiões são elementos ou setores aristocráticos que adotam concepções e práticas de “empresas” (capitalistas) em relação à exploração dos seus bens fundiários.

A desestruturação do Antigo Regime, no final do século XVIII, pode ser entendida, portanto, como a consequência tanto do esvaziamento ou esgotamento das bases de sustentação dessa sociedade quanto da crítica sistemática efetuada, desde fins do século XVI, aos princípios que a legitimavam — e ao Estado absolutista (Koselleck, 1972) —, crítica esta centrada nas várias acepções da idéia de “liberdade”, como referida ao indivíduo — cidadão — e à “nação”.

3. Os dados culturais

Não se trata, claro está, de retomar, neste passo, aqueles aspectos mais conhecidos da história geral da cultura ocidental na época moderna (Renascimento, Reforma, Revolução Científica, Ilustração). Interessam-nos somente alguns aspectos dessas manifestações, precisamente aqueles mais diretamente ligados à expansão ultramarina — viagens, descobrimentos, conquistas.

As viagens transoceânicas, tanto nas suas origens como nos seus resultados (e continuidade), constituem uma prática, ou conjunto de práticas, onde se associaram estreitamente teorias e experiências ora conflitantes, ora complementares. Barreto (1987), ao estudar a marinharia lusa, refere-se a uma “sabedoria do mar” produzida a partir das observações e experiências das próprias viagens. Tratava-se então, e seria assim até o século XVIII, de resolver problemas concernentes à construção naval, à orientação em alto-mar e ao mapeamento preciso de rotas e lugares visitados. Inicialmente, a bússola, ou “agulha de marear”, o astrolábio e o quadrante náutico possibilitaram, respectivamente, conhecer o “rumo” e estabelecer a latitude, pois a determinação da longitude foi problema só resolvido no século XVIII. Quanto às embarcações, os portugueses utilizaram as velas em suas caravelas e naus, que permitiam navegar inclusive contra o vento; holandeses e ingleses, nos séculos XVI e XVII, introduziram novos tipos de embarcações, mais ligeiras, além de sucessivos aperfeiçoamentos nas técnicas de construção e de utilização de madeiras, cordoalha, alcatrão etc. Por mais de um século, os estaleiros holandeses abasteceram praticamente quase toda a Europa.

“Roteiros” e portulanos portugueses, ciosamente mantidos em sigilo, foram acompanhados de mapas-múndi os mais variados, de italianos e alemães, desde o século XVI. Também os espanhóis e, a seguir, os holandeses

roteiros -
portulanos -

fizeram dos mapas e “roteiros” segredos de Estado. Afinal, numa época em que o monopólio mercantil era, ao mesmo tempo, política estatal e exigência econômica, não se poderia admitir o acesso às informações sobre o além-mar a quaisquer concorrentes. O desconhecimento, mais até do que o temor às represálias luso-espanholas, manteve os competidores afastados da “rota do Cabo” até as duas últimas décadas do século XVI.

Por último, mas não menos decisivo, o poder de fogo dos europeus, especialmente nos mares. A supremacia européia impôs-se em função da superioridade da sua artilharia naval (Cipolla, 1967). Se, na América, canhões, mosquetes e cavalos dizimaram os exércitos indígenas, na Ásia o poderio europeu foi essencialmente marítimo. Incapazes de desafiar, em terra, os exércitos locais, os europeus limitaram suas posições, por muito tempo, ao perímetro protegido por sua artilharia naval.

Primeiros dos ocidentais a chegarem ao Índico, os portugueses foram também pioneiros na moderna tática de guerra naval; em face dos ataques de centenas de embarcações árabes, indianas, malaias e chinesas, substituíram a abordagem pela destruição dos barcos inimigos a tiros de canhão. Suas frotas, pequenas quando comparadas às dos adversários, eram mais ágeis e possuíam poder de fogo avassalador. Entende-se assim por que a chegada dos portugueses haveria de ficar associada na memória coletiva à violência física e à intolerância religiosa, mas também à fumaça e à pólvora (Panikkar, 1956).

Canhões e velas estiveram também presentes nas inúmeras explorações empreendidas nos séculos XVII e XVIII pelo Pacífico e Insulíndia, em busca de um novo continente “austral”. Aos poucos, as motivações mercantis foram cedendo espaço às viagens e expedições científicas ou “filosóficas”, típicas do Setecentos, quer no Pacífico, quer no continente americano.

A história cultural da Europa moderna está intimamente ligada às experiências empíricas e à revolução intelectual, cujas origens se acham na própria expansão européia. Difícil, portanto, estabelecer-se com precisão os percursos e mecanismos de relações múltiplas e mutantes entre as notícias e imagens de seres e coisas diferentes e novos e os desenvolvimentos intelectuais e mentais europeus. Quando muito, em função de nosso tema, poder-se-á lembrar aqui um pequeno elenco de aspectos dessas relações.

a) A crise do prestígio e autoridade dos “antigos”. Viagens e descobrimentos jogaram por terra verdades teológicas e filosóficas assentadas na autoridade dos textos bíblicos e greco-romanos.

b) A supremacia da experiência sensível sobre o saber livresco abriu caminho a novas perspectivas acerca do homem e do mundo e à possibilidade de pensar em bases inteiramente novas o conhecimento. Do “experientialismo” dos primeiros navegadores emergiu aos poucos o experimentalismo científico como base da ciência moderna. Copérnico, Tycho-Brahe, Bacon, Galileu, Descartes, Newton, cada um deles de acordo com suas circunstâncias, consubstanciam as tendências no interior de uma Revolução Científica impensável sem a expansão ultramarina.

c) As necessidades práticas dos viajantes em termos de observar, descrever e medir com exatidão os fenômenos observados contribuíram poderosamente para o desenvolvimento da mentalidade científica moderna centrada no tratamento matemático dos dados. Medir o tempo, por exemplo, tornou-se essencial, o que levou ao aperfeiçoamento incessante das tábuas astronômicas e relógios. Estes, aliás, constituem uma história à parte nos séculos XVII e XVIII, associados que estão ao deslumbramento de então pelos variados mecanismos conhecidos por “autômatos”.

d) Nessa mesma linhagem, de um universo concebido como um imenso mecanismo “escrito em linguagem matemática” (Galileu), pode-se situar o interesse cada vez maior pela estatística, do qual William Petty (século XVII) é um pioneiro em termos da sua aplicação aos fatos sociais.

e) Enfim, mas não menos decisivo, o papel da imprensa. O crescimento vertiginoso da produção de livros impressos e, a seguir, de jornais e revistas abriu perspectivas totalmente novas para a difusão de informações, fantasias e reflexões acerca das viagens e dos costumes de outros povos. Investigar essa indústria editorial, conhecer leitores, tentar perceber leituras constituem, hoje, setores de ponta da história cultural (Darnton, 1996).

B) A EXPANSÃO MERCANTIL

O processo de unificação do mundo: do capital(ismo) comercial ao capitalismo industrial.

A história da unificação do mundo, tendo como um dos seus pilares a construção do mercado mundial em bases capitalistas, abrange o período

mercado mundial em bases capitalistas

situado entre os séculos XV/XVI e o século XIX. Há, evidentemente, muitas maneiras de se abordar este processo histórico, isto é, de delimitar suas etapas e colocar em destaque tais ou quais características. Trata-se aí, na verdade, de sublinhar o desenvolvimento dos mercados europeus e extra-europeus de acordo com as características do capital e tendo em vista os circuitos mercantis, a expansão colonial, as práticas mercantilistas e livre-cambistas, e os progressos tecnológicos.

Utilizaremos aqui dois enquadramentos gerais para o efeito de periodização: capital e conjuntura. Do ponto de vista do capital consideraremos as fases tradicionalmente denominadas de: capital(ismo) comercial, capitalismo industrial e capitalismo financeiro. Em termos de conjunturas, localizaremos: a “revolução comercial” do século XVI, a “crise” do século XVII, a prosperidade do século XVIII, e as oscilações de crise e prosperidade do século XIX.

1. Antecedentes medievais

Nos séculos XI e XII, uma “revolução econômica” impulsionou a produção agrícola e artesanal e as trocas mercantis na Europa Centro-Occidental, levando ao chamado “renascimento urbano”. Prosperaram sobretudo as cidades do centro-norte da Itália, sul dos Países Baixos e cercanias do Báltico, favorecidas pelo crescimento do comércio “a longa distância”. Acumulação de capital, maior circulação monetária, novos instrumentos de crédito, empréstimos aos príncipes e instituições eclesiásticas, circulação intensa de mercadorias tanto no Mediterrâneo como entre a Itália setentrional e o Mar do Norte, pelo vale do Reno, caracterizam então esse primeiro surto expansionista do capital mercantil. Os abalos e prejuízos causados pela “crise dos séculos XIV e XV”, apesar de graves, não impediram uma recuperação relativamente rápida no século XV e, principalmente, contribuíram para o deslocamento parcial de rotas comerciais e capitais para os portos atlânticos ibéricos.

A partir dos séculos XV e XVI, expansão marítima, comercial e colonial, e construção do mercado mundial caminham de mãos dadas, como observou Marx: “O comércio mundial e o mercado mundial inauguram, no século XVI, a biografia moderna do capitalismo.”

Vejamos então, separadamente, as características principais dos mercados, na era do capital comercial, e as etapas da expansão colonial européia.

2. Circuitos comerciais: mercados intra-europeus e extra-europeus

A partir da gigantesca expansão realizada nos séculos XV e XVI, expansão do espaço e das operações mercantis, o capital comercial deu um verdadeiro salto. O afluxo da prata e do ouro americanos, os grandes carregamentos de “especiarias” e demais mercadorias vindas do “Oriente” foram acompanhados por uma “revolução dos preços” que repercutiu sobre os níveis de produção e consumo europeus.

O capital comercial expandiu-se com rapidez em função das novas e crescentes oportunidades geradas pela rotas mercantis transoceânicas e pela conquista e exploração das terras do Novo Mundo, a começar pelo desenvolvimento do comércio de escravos africanos. Na Europa, um capital financeiro incipiente movimenta as primeiras “bolsas” (Antuérpia, Londres, Lyon), favorece práticas especulativas, propicia o desenvolvimento dos seguros marítimos e ao mesmo tempo faz emergir uma verdadeira “mania de apostas”. Mais importantes, no entanto, são as conexões cada vez mais amplas entre comerciantes-banqueiros e príncipes, a exemplo dos Fuggers de Augsburg e o imperador Carlos V, na primeira metade do século XVI. Em certos países, como a Inglaterra, o capital comercial aproveitou as oportunidades de lucro e investimento resultantes das secularizações dos bens eclesiásticos — terras, prédios, objetos preciosos — promovidas pela Reforma protestante.

Dos séculos XV/XVI ao século XVIII, em linhas gerais, a história do capital(ismo) comercial compreende dois grandes circuitos ou complexos de rotas e trocas mercantis: o intra-europeu e o extra-europeu.

O circuito intra-europeu predominou até os arredores de 1750 e compreende quatro complexos regionais: Mediterrâneo, Atlântico, Báltico e Europa Centro-Oriental, sendo basicamente marítimos os três primeiros e misto o último. Influenciados pelas diferenças regionais (geografia, clima) e de natureza econômico-social entre as várias regiões européias, os circuitos europeus transportavam principalmente cereais, vinhos, sal, lã, peixe salgado, madeira, estanho, cobre, ferro, sabão e produtos “novos” como relógios, papel, livros e artigos de luxo — em couro, metal, vidro, louça — produzidos em algumas poucas regiões já famosas. O gado deslocava-se “em pé” para os grandes centros urbanos e certos artigos, como a madeira para os navios, a cordoalha, os panos das velas e os canhões, eram extraídos ou fabri-

cados em locais específicos — como os países escandinavos (Suécia). Ocorreu assim uma relativa especialização no âmbito de cada um dos circuitos regionais. Os portos do Atlântico, por exemplo, tornaram-se grandes importadores e reexportadores de mercadorias vindas das regiões ultramarinas. Até 1750, Bristol (Inglaterra) e Nantes (França) foram os principais portos de comércio com as Américas e dos barcos empregados no tráfico negreiro; a partir daí, Liverpool e Bordéus assumiram a liderança.

O comércio dessas regiões com as transoceânicas compreendia um pequeno leque de exportações e uma apreciável e cada vez maior quantidade de importações, em geral reexportadas para outras regiões por alguns grandes portos conectados ao ultramar. As exportações consistiam em manufaturas — panos de lã, artigos de metal, ferro, couro, madeira (mobiliário), vidro, papel e seda; vinho, trigo, cerveja. Armas de fogo, panos de algodão e bugigangas eram enviadas para o comércio de escravos na costa africana. Todavia, desde sempre, o comércio com as regiões asiáticas consumia quantidades sempre crescentes de prata (Minchiton, 1981).

As grandes feiras mercantis, permanentes, eram Antuérpia, depois substituída por Amsterdã, Londres, Paris, Lyon, Nantes, Frankfurt (substituída por Leipzig, a partir de 1648), Copenhague, Hamburgo. Diferenciaram-se aos poucos os comerciantes atacadistas desses grandes empórios e os retalhistas espalhados por toda parte. Nos começos do século XVIII, aparecem as primeiras “lojas” (Londres, Paris), decoradas e com vitrines, mas os mascates ou bufarinheiros continuaram a ser numerosos e essenciais. O movimento comercial em alta favoreceu o aprimoramento dos serviços postais ainda no século XVII, quando apareceram também os primeiros jornais, com informações, anúncios de compra e venda, calendários de eventos mercantis e listas de “preços correntes”. Em contraste com esses progressos, porém, os melhoramentos introduzidos nos transportes, terrestres sobretudo, foram poucos e lentos em termos de velocidade e de capacidade de carga.

Por volta de 1750 o(s) mercado(s) europeu(s) ainda deixava(m) bastante a desejar em termos de articulação. A economia monetária convivia com vastos bolsões de “economia natural”; havia enorme variedade de pesos e medidas, milhares de postos de cobrança de direitos sobre a passagem de mercadorias e, sobretudo, uma enorme disparidade de rendas. O povo comprava alimentos, bebidas, roupas e materiais de construção mas, exceto quanto ao consumo de bebidas, esse mercado acompanhava os ritmos demográficos e conjunturais da economia. Em compensação, entre as classes abastadas, as

mudanças se aceleraram, do século XVI ao XVIII: novos padrões arquitetônicos enfatizaram o luxo, o conforto e a privacidade; houve a transferência no vestuário, sobretudo feminino, da supremacia da moda espanhola para a francesa (meados do século XVII), acompanhada das primeiras revistas especializadas (Paris).

Os circuitos *extra-europeus* atingiram o auge no século XVIII e abrangiam três áreas principais e algumas subdivisões regionais: Américas, “Índias” e China. A área americana compreendia as colônias inglesas da América do Norte, as colônias ibéricas e as “Índias Ocidentais”, ou seja, as ilhas antilhanas e do Caribe. As “Índias” incluíam o subcontinente indiano, Insulíndia (Indonésia), as regiões da península malaia e as Filipinas. Quanto ao comércio chinês, podemos incluir na mesma área o Japão e o Sudeste Asiático. Resta ainda o continente africano. Este, no litoral ocidental, articulava-se com as Américas (as suas três áreas) em função do tráfico de escravos através do Atlântico; já a costa oriental, no Índico, estava inserida nas trocas comerciais realizadas com a Índia, Mar Vermelho e Golfo Pérsico.

O desenvolvimento de cada um desses circuitos obedeceu a fatores e circunstâncias mais ou menos específicos, ligados às características próprias de suas formas de inserção no mercado internacional e também às variações conjunturais deste último, como veremos ao tratarmos da expansão colonial europeia. Por ora, no entanto, é oportuno assinalar o papel dominante desempenhado nesse comércio por alguns grandes centros mercantis e financeiros europeus, como Antuérpia (até 1580), Amsterdã (século XVII e metade do XVIII), Londres (a partir de fins do XVII), Gênova (na passagem do século XVI para o XVII), bem como alguns centros mais regionais ou especializados, como Marselha e Hamburgo, Genebra, Frankfurt, Nantes e Bordéus, Bristol e Liverpool, além, é claro, de Lisboa e Sevilha (depois Cádiz).

3. Expansão geográfica e hegemonia mercantis na Europa mercantilista

3.1 Preponderância marítima ibérica e hegemonia flamenga — Antuérpia (séculos XV e XVI)

Navegações oceânicas, descobrimentos, conquistas e colonização constituem etapas sucessivas da “empresa mercantil” ibérica, uma empresa marca-

bufarinheiros =

do transporte das especiarias das Índias para Lisboa; já a transferência das mercadorias de Lisboa para Antuérpia, bem mais simples (e os seus lucros), ficava com os flamengos, seus redistribuidores na Europa setentrional e centro-ocidental.

No caso da Espanha os problemas eram outros, mas os mecanismos não eram muito diferentes. A Coroa espanhola era rica, imensamente rica, não se podendo supor que os custos da exploração da América e das frotas constituíssem algo tão significativo para o tesouro real como o eram no caso luso-tano. Todavia, as guerras e o luxo consumiam quase tudo, produzindo sucessivos e crescentes déficits — do tesouro e do consumo —, que conduziram à tomada de empréstimos com banqueiros alemães — como os Fuggers, de Augsburg —, genoveses e flamengos. Assim, alta dos preços, entrada de mercadorias importadas e bancarrotas do Estado, arruinaram a burguesia mercantil e os empresários das manufaturas configurando o processo ao qual Vicens Vives (1964) denominou de “meteoro burguês”.

Antes de concluirmos esta síntese relativa ao século XVI, é necessário relativizar, um pouco pelo menos, a idéia de que os demais países europeus, excluídos da partilha do mundo, apenas presenciaram, conformados, à “hegemonia ibérica”. Na realidade, o oposto é bem mais verdadeiro. Durante a primeira metade do século, ingleses e franceses financiaram expedições destinadas, em princípio, a encontrar as chamadas passagens do Noroeste e do Nordeste para o Oriente, tentativas estas das quais resultaram, por exemplo, a exploração do bacalhau da Terra Nova e do comércio de peles no Labrador, bem como os primeiros contatos com a Moscóvia. Na segunda metade do século, desfeitas as expectativas quanto às “passagens”, novas circunstâncias políticas impulsionaram franceses, ingleses e holandeses a desafiar diretamente o monopólio ibérico. Novas circunstâncias políticas: lutas religiosas na França; rivalidade e conflito anglo-espanhol; revolta das províncias setentrionais dos Países Baixos contra a soberania espanhola. Novos desafios: Villegaignon e sua França Antártica (Rio de Janeiro); Hawkins introduzindo mercadorias e escravos africanos nas Antilhas; Drake e outros corsários atacando navios espanhóis; primeiras companhias de comércio com a Índia organizadas pelos holandeses (1595), logo seguidos pelos ingleses (1600).

Assim, se a viagem de circunavegação realizada por Drake (1577-79) revelara a fraqueza das posições portuguesas no Oriente e suas dificuldades políticas, as informações de ingleses e holandeses, que haviam servido em

naus portuguesas, sobre os roteiros marítimos, portos, condições políticas locais, descerraram os véus do mistério sobre a “rota das especiarias”.

3.2 *Hegemonia holandesa — e desafios anglo-franceses.* *Amsterdã (1550-1715)*

O século XVII associa-se, historicamente, ao poderio e riqueza da “Holanda” (República das Províncias Unidas dos Países Baixos). Tal associação, embora válida, não deve ser encarada de maneira exagerada. Afinal, esse século foi também o de Cromwell na Inglaterra, com seus “Atos (Leis) de Navegação”, e o de Luís XIV, na França. “O Grande Século”, segundo Voltaire; século do Barroco mas também do Classicismo; do auge das idéias e práticas mercantilistas mas também da “Revolução Filosófica e Científica”, de Galileu, Descartes, Spinoza, Leibniz e Newton.

É também habitual aludir-se à “crise do século XVII”, mas, ainda desta vez, relativizar é preciso, pois, dependendo do país cuja economia se considere, a “crise” muda de feição, ou de sinal. Afinal de contas, se tem sentido a noção de “crise” a propósito de Espanha, Portugal e cidades italianas, como aplicá-la às Províncias Unidas, Inglaterra, Suécia, ou mesmo à França?

A união ibérica (1580) expulsou holandeses e flamengos dos portos portugueses. Com o quase-bloqueio do estreito de Gibraltar pelos espanhóis, tornou-se problemático o acesso às mercadorias do Oriente. Restava apenas a “rota do Cabo”. Daí, em 1602, a fundação da Companhia Unida das Índias Orientais, em Amsterdã, empresa particular mas ligada aos Estados Gerais, que lhe concederam poderes extensos, inclusive políticos e militares. Iniciou-se assim o ataque às posições portuguesas na Índia e Insulíndia. Tiveram os holandeses, no entanto, que competir com os ingleses da Companhia das Índias Orientais, fundada em Londres, em 1600. Ao findar as quatro primeiras décadas do século, os holandeses haviam assumido o controle da Insulíndia e do comércio com Nagasaki (Japão), transformando Batávia no centro de seu poder no Oriente. Enquanto isso, expulsos das Molucas (Amboine, 1623), os ingleses estabeleceram-se na Índia, a expensas dos portugueses, os quais conseguiram manter apenas Goa, Damão, Diu e Bassain, mesmo assim a duras penas, tal como Timor, Solar e Flores, na Insulíndia.

Na América, no entanto, a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, fundada, em 1621, em Amsterdã, conseguiu somente êxitos temporários — Salvador, 1624-25; Pernambuco e Nordeste — 1630-54, Nova Amsterdã,

1628-54. Apenas Curaçao e a Guiana ficaram em seu poder, assim como, na África, o Cabo (1652) e alguns estabelecimentos no Senegal, pois Angola, tomada em 1641, foi reconquistada pelos luso-brasileiros em 1648.

Seja como for, a Holanda consolidou-se como a grande potência hegemônica do comércio e das finanças internacionais. Através do chamado "comércio de comissão", os "carreteiros do mar" dominaram por várias décadas o comércio dos países ocidentais, assim como o do Báltico, Alemanha, Rússia e parte do Mediterrâneo. Açúcar, especiarias, chá, artigos de luxo e panos do Oriente, cereais dos países bálticos, bem como a madeira e os metais, eram o forte desse comércio, que também incluía os navios construídos nos seus estaleiros, canhões e mosquetes. Fundado em 1608, o Banco de Amsterdã era então o centro financeiro europeu.

Os primeiros abalos infligidos a essa supremacia neerlandesa resultaram das derrotas impostas em duas guerras, 1652-54 e 1663-64, pelos ingleses, mas que se originaram na reação holandesa às Leis de Navegação decretadas por Cromwell (1654) e confirmadas pela Restauração (1660 e 1663) para a proteção do comércio inglês. Não tardaram, também, as guerras empreendidas por Luís XIV contra a República das Províncias Unidas — em defesa do protecionismo colbertista mas, também, contra um "foco de libertinos" antiabsolutistas. Restou então aos holandeses, a partir de 1688-89, estabelecer sólida aliança com a Inglaterra contra as ameaças francesas, uma aliança, aliás, que está nas origens financeiras da fundação do Banco da Inglaterra, em 1694.

Nas Índias Ocidentais (Antilhas), iniciou-se a colonização, através de companhias de comércio — francesa e inglesa —, das ilhas não ocupadas pela Espanha: St. Kitt's, Martinica, Guadalupe, Barbados, onde se cultivou o tabaco e, a seguir, a cana-de-açúcar, primeiro com mão-de-obra de brancos e endividados e, depois, de escravos africanos. Os holandeses foram os maiores beneficiários do comércio de exportação e importação das ilhas, especialmente após sua expulsão do Brasil, pois foi então que se deu a introdução da lavoura açucareira no Caribe. Simultaneamente, os holandeses intensificaram cada vez mais o contrabando nos portos sob controle espanhol na Terra Firme. Em 1634, eles ocuparam Curaçao, a partir daí uma base naval e entreposto comercial holandês. Até 1670, bucaneiros, flibusteiros e piratas infestavam a região antilhana, sob olhares tolerantes da Inglaterra e França; reconhecida pela Espanha a ocupação das ilhas, inclusive a da Jamaica (Inglaterra), ingleses e franceses empenharam-se em acabar com os bucaneiros e piratas, de modo que, por volta de 1700, eram poucos os que sobreviviam.

Por último, uma breve referência às novas navegações. Espanhóis e portugueses, nos séculos XVI e XVII, tocaram no litoral setentrional da Nova Guiné e descobriram alguns arquipélagos, como os das Salomão e das Marquesas, além de estabelecerem uma ligação regular entre Acapulco e Manila. Todavia, a "Austrália" permaneceu desconhecida, embora, em 1606, Torres tenha cruzado o estreito entre ela e a Nova Guiné, o qual só viria a ser redescoberto em 1770, por Cook (o relatório de Torres ficou trancado a sete chaves em Manila, até 1762, quando os ingleses o encontraram) (Parry, 1959).

O século XVII foi o dos navegadores holandeses. Vários destes percorreram as costas ocidentais e setentrionais da "Austrália" (Nova Holanda), redescobriram as Salomão e descobriram Taiti, Novas Hébridas, Tonga etc. O maior desses navegadores, Abel Tasman, descobriu, em 1642, a Tasmânia e a Nova Zelândia, mas não se deu conta das dimensões da "Austrália", cujo litoral oriental permaneceu desconhecido — entre a Tasmânia e a Nova Guiné (região na qual Swift, em 1726, situaria Lilliput) (Leithäuser, 1956).

3.3 *Duelo anglo-francês: apogeu e crise do "antigo sistema colonial mercantilista" (1715-1815)*

Mais conhecido como o Século da Ilustração e da Revolução, o século XVIII possui também uma especial importância na história do mercado internacional. Com efeito, ao auge do "antigo sistema colonial" segue-se, no último quartel desse século, a crise desse mesmo sistema em conexão com a do Antigo Regime e o início da Revolução Francesa. Ao mesmo tempo, as idéias e práticas mercantilistas são postas em questão, primeiro pelos fisiocratas franceses, como Quesnay e Turgot, e, logo a seguir, por Adam Smith, cujo "Ensaio sobre a Riqueza das Nações" (1776) assinala o nascimento do liberalismo econômico. Enfim, sobredeterminando em profundidade as transformações das sociedades ocidentais, a Revolução Industrial na Inglaterra representa a progressiva supremacia do capitalismo industrial, ou seja, da produção capitalista e da industrialização.

Contrapondo-se à lógica ou ao sentido desse panorama geral das grandes transformações do Setecentos, algumas tendências demonstram a persistência das antigas idéias e práticas. Tal é o caso, por exemplo, das políticas mercantilistas "tardias" dos Estados absolutistas periféricos, como Portugal, Espanha, Áustria, Prússia, Rússia, à época do "despotismo esclarecido" ou reformismo ilustrado. Em termos mais pontuais, pode-se observar a sobrevi-

da das companhias de comércio privilegiadas inglesas e francesas e a sua “recriação”, como no caso português, entre outros.

O mercado internacional do século XVIII desenvolveu-se em função principalmente das disputas anglo-francesas, cujos cenários decisivos foram as Américas e a Índia, envolvendo colônias, entrepostos comerciais, rotas e tráficos.

Até 1748, os ingleses lograram poucos avanços na América do Norte (no Canadá) enquanto que, na Índia, as duas companhias, a inglesa e a francesa, alternaram vitórias e derrotas. As disputas concentravam-se, então, nas “Índias Ocidentais” (Antilhas) e no comércio ibero-americano. Apesar da posição francesa na Espanha ser preponderante, os comerciantes ingleses haviam conseguido o contrato do asiento (fornecimento de escravos africanos às colônias espanholas) e o navio de permiso (um navio inglês podia aportar a cada ano em Cartagena). Ao mesmo tempo, em posição vantajosa em Portugal, graças ao Tratado de Methuen (1703), os comerciantes ingleses aproveitaram-se da Colônia do Sacramento, devolvida aos portugueses, para a partir dali contrabandear suas mercadorias para Buenos Aires e o Alto Peru, obtendo assim a prata necessária às transações no Oriente. Nessa mesma época, aliás, boa parte do ouro e diamantes das minas brasileiras fluiu para Londres, diretamente ou não, reforçando a posição dos bancos ingleses.

A expansão do comércio com as Antilhas levou a uma autêntica “americanização do comércio francês”, a partir de Marselha, Saint-Malo, Nantes e Bordéus. Açúcar, café, escravos, mas também índigo e algodão, são reexportados para todo o Mediterrâneo, Holanda, cidades hanseáticas e Báltico. A prosperidade das colônias francesas — S. Domingos (Haiti), Martinica e Guadalupe — fez a fortuna de empresários e plantadores.

Várias rotas correspondem então à intensificação do chamado “comércio triangular”: Europa-África (escravos)-Antilhas (escravos por açúcar)-Europa (ou, África-Brasil-Europa); havia também o comércio direto: Antilhas/Brasil-África-Antilhas/Brasil; as colônias inglesas da América do Norte também comerciavam com as Antilhas e, aos poucos, participavam do tráfico de escravos (Bergeron, 1983).

Do lado inglês, Bristol, Whitehaven e sobretudo Liverpool são os grandes portos de importação e reexportação de açúcar, tabaco, café, além de sua participação no tráfico de escravos. Barbados, Jamaica, Tobago e Granada são as grandes produtoras de açúcar e café, enquanto tabaco e arroz proviham das colônias do sul da América do Norte (Virgínia, Maryland). Da

Jamaica e outras ilhas um ativo comércio de contrabando com a Terra Firme (colônias espanholas) carregava para o Banco da Inglaterra as preciosas piastras mexicanas, tão úteis no comércio com a China. Antes mesmo da Revolução Industrial, as mercadorias britânicas já penetravam nos mercados coloniais ibéricos via metrópoles ou através de contrabando e assim se pagavam as necessidades inglesas de materiais de construção naval importados da região do Báltico.

Finalmente, é bom termos presente o grande crescimento do comércio das colônias inglesas da América do Norte. As do sul, exportadoras de produtos agrícolas, consumidoras de manufaturas e escravos, estavam ligadas diretamente à Grã-Bretanha. As da Nova Inglaterra e do centro comerciavam com as Antilhas e África — açúcar, melão, rum, escravos — e importavam manufaturas britânicas em troca de açúcar, navios e madeiras. Navios coloniais dominavam esse comércio das Antilhas, ao contrário do que ocorria nas rotas europeias.

De 1748 a 1763, a Grã-Bretanha não somente conseguiu expulsar a França da América do Norte (Canadá, Louisiana, Flórida) e expandir-se nas Antilhas — Dominica, S. Vicente, Granada e Tobago — como, principalmente, barrar as manobras de Dupleix (da companhia francesa) e, eventualmente, derrotar os partidários do Mogol em Plassey (1757), e os franceses e aliados em Madras (1760) e Pondichéry (1761). Sob o comando de Clive, a East India Co. assumiu o controle sobre Bengala e o Decã, dando início à expansão territorial na Índia. Desde 1740, por sinal, era a Índia, e não mais a América, o símbolo da riqueza para os europeus (Bergeron, 1983).

Para as companhias de comércio europeias, desde o século XVII, os negócios da Índia envolviam três setores básicos: tecidos de algodão (tecelões indianos das áreas rurais), chá (da China) e especiarias (da Insulíndia). A tendência, que logo se tornou uma prática dominante, foi a de “asiatizar” o country trade (comércio regional), isto é, deixar cada vez mais aos elementos locais as variadas rotas mercantis, centralizando em Calcutá, Madras, Surat, Bombaim e Cochim as operações de compra e venda. Tecidos de algodão, café, açúcar e pimenta circulavam de um lugar para outro, assegurando a parte do leão nos lucros para os ingleses mas deixando suas migalhas a mercadores árabes, indianos, armênios e malaios, competindo entre si. A prata era enviada em grandes quantidades à Índia, especialmente para comprar o chá em Cantão, o qual, em parte, era usado na compra de especiarias, ao lado dos tecidos indianos, da Insulíndia. As conexões entre os comerciantes

idades hanseáticas:

Comércio de ópio

judes de Londres, Amsterdã e Hamburgo facilitavam o fornecimento da prata de que a companhia da Índia Oriental necessitava. A maior parte, porém, tanto do chá como dos tecidos indianos era consumida na Inglaterra, França e Alemanha setentrional, se bem que, ao que tudo indica, as peças mais finas indianas ficassem no Oriente Médio e na Insulíndia. A partir de 1730, começa o comércio do ópio na Insulíndia e, após 1750, os ingleses iniciam sua venda em Cantão, em substituição à prata, conforme a East India Co. estabelece seu monopólio sobre a principal região produtora de ópio — Bihar (Índia). Cobre, estanho e salitre são também importantes itens desse comércio “intra-indiano”, que envolvia o Japão, Malásia e a Índia.

Até 1780, pelo menos, as exportações britânicas em prata e ouro para a Índia foram consideráveis; as importações de mercadorias indianas e orientais superavam as exportações. Os lucros, enormes, provinham do comércio intra-indiano e de Cantão, onde o número de embarcações anglo-indianas superava o das britânicas (Butel, 1983).

Esta descrição do mercado internacional no século XVIII, apesar de bastante simplificada, evidencia a existência de conexões mercantis e financeiras que ultrapassavam em muito os espaços regionais. Trata-se efetivamente de uma economia-mundo cujos centros se encontram na Europa. Ao mesmo tempo, esse quadro permite-nos perceber nas suas entrelinhas certas práticas mercantis capazes de relativizarem em parte nossas noções habituais acerca do mercantilismo, tais como, por exemplo, as de “exclusivo”, “metalismo”, “companhias de comércio”, quando analisamos, também, o comércio do “Oriente”.

Veja-se, para começar, o “exclusivo”, peça fundamental do “antigo sistema”. Bem, os portugueses até que tentaram impô-lo ao comércio das Índias a ferro e fogo, mas sua viabilidade logo se revelou impossível. Não basta, porém, acusar os competidores europeus por esse fracasso. Na verdade, esses concorrentes, holandeses e ingleses, perceberam a imensa complexidade das relações comerciais já existentes no Índico, na Malásia, Insulíndia e nos mares da China. Assim, em vez de coibi-las, preferiram tirar delas o maior proveito possível, ora participando diretamente, ora organizando os fluxos de mercadorias para seus entrepostos comerciais.

Em segundo lugar, o “metalismo”, que alguns manuais associam, ainda hoje, à “natureza” ou “essência” do mercantilismo. Ora, se assim fosse, como então explicar, por exemplo, o *Galeão de Acapulco*, a transportar, ano após ano, seus carregamentos de prata mexicana para Manila (Filipinas)?

ou, ainda, a prata e o ouro carregados para a Índia e a China pelas companhias holandesa, francesa e, sobretudo, pela East India Co.?

Por último, as companhias de comércio. Na Ásia, ao contrário das suas irmãs americanas, tais companhias deviam, em princípio, abster-se de conquistas territoriais, sempre onerosas e politicamente complicadas. Na prática, foi tudo diferente. Na Insulíndia, a companhia holandesa entrou em sucessivos conflitos com sultanatos “rebeldes” ou hostis, apoiando os “amigos” e estendendo cada vez mais seus domínios territoriais em Java e Sumatra, mas despendendo enormes recursos financeiros.

Na Índia, as lutas anglo-francesas pelos entrepostos comerciais cederam lugar, após a batalha de Plassey (1757), à territorialização da companhia inglesa: primeiro em Bengala, a seguir no Decã, e assim, pouco a pouco, todo o subcontinente. Do comércio passou-se à administração fiscal e desta à administração total, direta e indireta.

Antes de concluirmos esta primeira parte, vale lembrar aqui uma outra face da expansão européia no século XVIII — a das grandes viagens e dos descobrimentos marítimos realizados por navegadores ingleses e franceses.

Do lado francês, o mais famoso foi Bougainville, que fez a volta ao mundo de leste para oeste (1766-68), reconhecendo Taiti — “Nova Citera” —, as Samoa, Novas Hébridas e Salomão, já descobertas pelos holandeses, no século XVII, e pelos ingleses Wallis e Carteret, no XVIII. A diferença, porém, foi o sucesso do relato de Bougainville — “Voyage autour du monde” (1771) —, que levou um entusiasmado Diderot a escrever um “Suplemento à viagem de Bougainville”, numa leitura “filosófica” de outras culturas, diferentes da européia. Outro viajante, La Perouse, desapareceu misteriosamente em Vanikovo (1788).

Dos muitos viajantes ingleses, o mais importante foi James Cook, patrocinado pela Royal Society, o qual, em suas três viagens, entre 1768 e 1779, reconheceu o litoral oriental da Austrália e cruzou o estreito de Torres, pela primeira vez depois de 164 anos da sua descoberta (1606), conservada em segredo pela Espanha; descobriu a Nova Caledônia, o estreito entre as duas ilhas da Nova Zelândia — estreito de Cook —, as ilhas Havaí, onde morreu num ataque de nativos (Parry, 1959).

Se acrescentarmos a essas viagens as dezenas de expedições ou “viagens filosóficas” empreendidas no continente americano, como as de La Condamine e de Von Humboldt, mas também aquelas patrocinadas pelas Academias das Ciências de Lisboa e de Madri, teremos uma visão do quanto a

Europa ilustrada procurou ampliar o conhecimento e a classificação da natureza dos países exóticos, de acordo com perspectivas científicas.

Difundidas amplamente através de livros com grande sucesso de público leitor, algumas dessas narrativas influíram muito, ao que tudo indica, sobre as mentalidades letradas de então. Obras filosóficas e de ficção apropriaram-se dessas informações e sobre elas criaram mundos maravilhosos ou estranhos e tipos humanos moral ou intelectualmente superiores. Swift e Stevenson, Rousseau e Voltaire, Diderot e Raynal, em claves muito diversas, são somente alguns exemplos dessas tomadas de consciência das diversidades culturais, através de uma geografia que, aos poucos, traz consigo os problemas de uma nova antropologia.

PARTE II — A ERA DO CAPITALISMO INDUSTRIAL

INTRODUÇÃO

Na história geral do desenvolvimento do capitalismo, é habitual considerar-se o século XIX como o período em que a produção capitalista emergiu, afirmou-se e expandiu-se mundo afora, a partir basicamente de alguns países europeus, pois a entrada no cenário mundial de novas potências, como os Estados Unidos e o Japão, só se verifica realmente na última década do Oitocentos.

Por vários motivos, é costume também dividir-se essa história do capitalismo oitocentista em duas fases ou períodos: 1 — do final do século XVIII até mais ou menos 1870; 2 — de 1870 a 1914. Enquanto à primeira corresponderia propriamente a denominação de “Era do capitalismo industrial”, à segunda se aplica em geral a designação de “Era do capitalismo monopolista e imperialista”. Tais denominações não são, como é sabido, “teoricamente neutras”, muito pelo contrário. Todavia, discutir-lhes os pressupostos teóricos é algo fora de cogitação neste passo do nosso texto.

Velas e canhões, expressões maiores da sua supremacia tecnológica, permitiram aos europeus conquistar o domínio dos oceanos e mares, construir fortalezas e entrepostos comerciais nas costas africanas e asiáticas e apropriar-se dos territórios americanos, dizimando e escravizando as populações

indígenas e transportando, da África para as Américas, milhões de escravos.

Toda uma tradição historiográfica houve por bem designar o conjunto dessas ações como “Antigo Sistema Colonial”, embora as análises de tal sistema se apliquem com mais pertinência às Américas do que às atividades européias na Ásia. Seja como for, parece indiscutível que esse “Antigo Sistema” não resistiu à crise e derrocada do “Ancien Régime” europeu no fim do século XVIII, tanto assim que, nas antigas histórias da colonização européia, os empreendimentos europeus, britânicos sobretudo, já surgiam no século XIX como o “Novo Sistema Colonial”.

A desestruturação do Antigo Regime político, social e econômico realizou-se no bojo de uma “dupla revolução” (Hobsbawm, 1977): econômica — a Revolução Industrial — e política, social e ideológica — a Revolução Liberal, ou revoluções democrático-burguesas —, cujo carro-chefe é a Revolução Francesa (1789-1815).

A *Revolução Industrial*, fenômeno inglês, iniciado nas últimas décadas do Setecentos, significou a arrancada do “capitalismo industrial”, isto é, da produção capitalista. A partir daí, a industrialização passa ao primeiro plano das preocupações das burguesias nacionais continentais, uma vez que é a máquina, como expressão emblemática da nova ordem econômica nascente, que concentra em si todas as atenções empresariais e políticas. Maravilha suprema, ou danação infernal, é a máquina que produz o “vapor do diabo”, que sobe aos céus das chaminés das fábricas e provoca entusiasmos e condenações.

“Prometeu desacorrentado” (Landes, 1994) desencadeia transformações que ao mesmo tempo deslumbram e assustam. Capital — máquinas — fábricas — especialização e controle do trabalho. Desintegram-se as corporações, já não há mais lugar para o artesão independente. O trabalhador é agora um assalariado, metido na fábrica durante 12, 14, 16 horas, submetido a rígida disciplina, vigiado, cronometrado — *time is money*. A máquina a vapor libera o empresário da “servidão hidráulica”: agora, as fábricas se multiplicam nas periferias urbanas e atraem levas e levas de operários, cujas moradias miseráveis se amontoam nas proximidades. Logo, serão as “Duas Cidades” (Disraeli, 1861) que se desconhecem e se desprezam, ou odeiam, reciprocamente.

Esses começos da *era capitalista* — e da sociedade liberal, burguesa — foram vividos como um tempo novo e confuso, um tempo que teve seus entusiastas mas também seus adversários. Como em todo tempo novo, nele se pode observar a lenta e difícil construção de uma sociedade diferente em meio ao muito que ainda sobrevive da anterior — a sociedade do “antigo regime”.

Na esfera intelectual e artística, o Romantismo ou, melhor, os romantismos expressam o desgosto, a insatisfação, diante das mudanças em curso e dão rédeas à nostalgia que sentem por “Um mundo que perdemos” (Laslett, 1969). No plano político e social, velhas forças e interesses lutam para conservar o possível da antiga ordem em nome da “tradição” (Mayer, 1987).

“Ordem” e “movimento”, “tradição” e “revolução”, autoridade *versus* anarquia, eis aí algumas das oposições dicotômicas comuns nessa época. Posteriormente, historiadores e sociólogos tenderam a associar ao “campo”, às populações rurais, as forças e atitudes resistentes às mudanças, em oposição à “cidade”, epicentro da “modernidade”. Daí a oposição, tornada clássica, entre “cidade” e “campo” como expressões antinômicas de “moderno” *versus* “tradicional” ou “arcaico” (Giddens, 1991). Apesar das muitas críticas já dirigidas a este modelo, observa-se ainda hoje sua sobrevida.

Muito mais interessante do que essas dicotomias problemáticas vem a ser, nesse período, o processo de tomada de consciência da modernidade. A partir da assimilação da nova idéia de *História* — como “singular coletivo” — e de sua temporalização, torna-se evidente para muitos que a *História* é uma realidade existente por si mesma, em processo de constante aceleração. Não há mais o “tempo” como algo distinto da “*História*”. A sucessão dos acontecimentos, a ruptura com o passado, conduzem ao progressivo estreitamento do “espaço da experiência”, ou seja, da função da história como “mestra da vida”. Em compensação, alarga-se o “horizonte de expectativas” e o futuro se torna algo a ser vivido no próprio presente. A “Revolução” é, cada vez mais, um horizonte inerente à própria *História* (Koselleck, 1985).

A) PRESSUPOSTOS POLÍTICOS, SOCIAIS E CULTURAIS DA EXPANSÃO

A expansão capitalista no século XIX é inseparável das determinações resultantes do fato de se tratar de um processo vinculado estreitamente à existência de uma constelação ou sistema de *Estados-nações*. Alguns desses Estados realizaram sua própria industrialização, outros não, mesmo na Europa. Cada industrialização teve suas especificidades e obedeceu a ritmos próprios; algumas conduziram a um “desenvolvimento auto-sustentado”, outras ficaram no meio do caminho. Do nosso ponto de vista, interessam sobretudo as industrializações bem-sucedidas, uma vez que os respectivos Estados são os que lideram a expansão colonial e financeira do capital. Mas também nos

interessam os casos de industrializações frustradas ou adiadas, pois a expansão capitalista é tanto extra-européia quanto intra-européia e o esquecimento desta última, freqüente em manuais e compêndios, torna incompreensíveis as histórias de muitos Estados europeus no século XIX (Dreyfus, 1983).

Uma das dificuldades que apresenta a historiografia do século XIX é o costume de dividir o processo histórico em compartimentos especializados e incommunicantes: aqui a economia, ali a política, acolá a sociedade e a cultura, sem esquecer, é claro, as relações internacionais — incluindo-se nestas as “questões coloniais”. Ao mesmo tempo, a velha distinção entre “fatos” e “idéias” produz novas subdivisões e o resultado são visões unilaterais, incompletas.

Veja-se, a título de exemplo, a maneira mais comum de historiar o Oitocentos: um período denominado “Restauração e Revolução” (1815-50) e o outro Realismo e Nacionalismo” (1850-1914). Protestos dos historiadores da economia para os quais são decisivas as conjunturas: de crise (1815-53), prosperidade (1853-73), depressão (1873-96) e de expansão (1896-1929). Política num caso, economia no outro; onde ficam aí as estruturas e movimentos sociais, mentalidades, correntes artísticas, visões de mundo? Assim, é compreensível que a historiografia recente venha subvertendo quase tudo isso através de propostas centradas em novas abordagens e na promoção de termos ou objetos até aqui ignorados.

Felizmente, porém, não temos a tarefa de escrever essa história, mas unicamente apresentar em linhas gerais as características de uma sociedade constituída de Estados-nações que são os agentes da expansão capitalista.

Acredito que seja possível partirmos da noção de que uma “nova sociedade” constituiu-se aos poucos em função da “dupla Revolução” já mencionada. Vejamos, então, algumas características políticas dessa nova sociedade, embora o político seja sempre também social, como se sabe.

Admiradores e adversários da “Revolução” debatem, a partir de 1815, seu sentido ou natureza: liberdade e igualdade, ou somente a primeira? É a época da “liberdade bem entendida” e das associações entre igualdade/democracia e “anarquia”. Ninguém melhor que Tocqueville (Jasmin, 1997) soube captar então os dilemas inerentes a liberalismo e democracia.

Para simplificar, pode-se admitir que, na primeira parte do século XIX, é a questão da *liberdade* que se destaca. Tratava-se aí de conquistá-la, ou defendê-la, contra seus adversários tradicionalistas e reacionários. Como objetivo primordial, lutam os liberais por uma constituição na qual sejam inscritos, ou “positivados”, direitos e liberdades individuais. Apesar de dife-

Estados-nações são os agentes da expansão capitalista.

Na esfera intelectual e artística, o Romantismo ou, melhor, os romantismos expressam o desgosto, a insatisfação, diante das mudanças em curso e dão rédeas à nostalgia que sentem por “Um mundo que perdemos” (Laslett, 1969). No plano político e social, velhas forças e interesses lutam para conservar o possível da antiga ordem em nome da “tradição” (Mayer, 1987).

“Ordem” e “movimento”, “tradição” e “revolução”, autoridade *versus* anarquia, eis aí algumas das oposições dicotômicas comuns nessa época. Posteriormente, historiadores e sociólogos tenderam a associar ao “campo”, às populações rurais, as forças e atitudes resistentes às mudanças, em oposição à “cidade”, epicentro da “modernidade”. Daí a oposição, tornada clássica, entre “cidade” e “campo” como expressões antinômicas de “moderno” *versus* “tradicional” ou “arcaico” (Giddens, 1991). Apesar das muitas críticas já dirigidas a este modelo, observa-se ainda hoje sua sobrevida.

Muito mais interessante do que essas dicotomias problemáticas vem a ser, nesse período, o processo de tomada de consciência da modernidade. A partir da assimilação da nova idéia de *História* — como “singular coletivo” — e de sua temporalização, torna-se evidente para muitos que a *História* é uma realidade existente por si mesma, em processo de constante aceleração. Não há mais o “tempo” como algo distinto da “*História*”. A sucessão dos acontecimentos, a ruptura com o passado, conduzem ao progressivo estreitamento do “espaço da experiência”, ou seja, da função da história como “mestra da vida”. Em compensação, alarga-se o “horizonte de expectativas” e o futuro se torna algo a ser vivido no próprio presente. A “Revolução” é, cada vez mais, um horizonte inerente à própria *História* (Koselleck, 1985).

A) PRESSUPOSTOS POLÍTICOS, SOCIAIS E CULTURAIS DA EXPANSÃO

A expansão capitalista no século XIX é inseparável das determinações resultantes do fato de se tratar de um processo vinculado estreitamente à existência de uma constelação ou sistema de *Estados-nações*. Alguns desses Estados realizaram sua própria industrialização, outros não, mesmo na Europa. Cada industrialização teve suas especificidades e obedeceu a ritmos próprios; algumas conduziram a um “desenvolvimento auto-sustentado”, outras ficaram no meio do caminho. Do nosso ponto de vista, interessam sobretudo as industrializações bem-sucedidas, uma vez que os respectivos Estados são os que lideram a expansão colonial e financeira do capital. Mas também nos

interessam os casos de industrializações frustradas ou adiadas, pois a expansão capitalista é tanto extra-européia quanto intra-européia e o esquecimento desta última, freqüente em manuais e compêndios, torna incompreensíveis as histórias de muitos Estados europeus no século XIX (Dreyfus, 1983).

Uma das dificuldades que apresenta a historiografia do século XIX é o costume de dividir o processo histórico em compartimentos especializados e incommunicantes: aqui a economia, ali a política, acolá a sociedade e a cultura, sem esquecer, é claro, as relações internacionais — incluindo-se nestas as “questões coloniais”. Ao mesmo tempo, a velha distinção entre “fatos” e “idéias” produz novas subdivisões e o resultado são visões unilaterais, incompletas.

Veja-se, a título de exemplo, a maneira mais comum de historiar o Oitocentos: um período denominado “Restauração e Revolução” (1815-50) e o outro Realismo e Nacionalismo” (1850-1914). Protestos dos historiadores da economia para os quais são decisivas as conjunturas: de crise (1815-53), prosperidade (1853-73), depressão (1873-96) e de expansão (1896-1929). Política num caso, economia no outro; onde ficam aí as estruturas e movimentos sociais, mentalidades, correntes artísticas, visões de mundo? Assim, é compreensível que a historiografia recente venha subvertendo quase tudo isso através de propostas centradas em novas abordagens e na promoção de termos ou objetos até aqui ignorados.

Felizmente, porém, não temos a tarefa de escrever essa história, mas unicamente apresentar em linhas gerais as características de uma sociedade constituída de Estados-nações que são os agentes da expansão capitalista.

Acredito que seja possível partirmos da noção de que uma “nova sociedade” constituiu-se aos poucos em função da “dupla Revolução” já mencionada. Vejamos, então, algumas características políticas dessa nova sociedade, embora o político seja sempre também social, como se sabe.

Admiradores e adversários da “Revolução” debatem, a partir de 1815, seu sentido ou natureza: liberdade e igualdade, ou somente a primeira? É a época da “liberdade bem entendida” e das associações entre igualdade/democracia e “anarquia”. Ninguém melhor que Tocqueville (Jasmin, 1997) soube captar então os dilemas inerentes a liberalismo e democracia.

Para simplificar, pode-se admitir que, na primeira parte do século XIX, é a questão da *liberdade* que se destaca. Tratava-se aí de conquistá-la, ou defendê-la, contra seus adversários tradicionalistas e reacionários. Como objetivo primordial, lutam os liberais por uma constituição na qual sejam inscritos, ou “positivados”, direitos e liberdades individuais. Apesar de dife-

Estados-nações são os agentes da expansão capitalista.

renças quanto às relações entre os “poderes”, havia um relativo consenso quanto à necessidade de garantias contra o poder arbitrário através de alguma forma de “representação” da Nação, eleita e permanente. No entanto, ao definir quem seriam os “cidadãos” eleitores e elegíveis, os liberais fixavam exigências de tal ordem que somente uma minoria podia participar do processo político.

Aqueles que não preenchiam esses requisitos “censitários”, e que constituíam a maioria, ficavam marginalizados, como “cidadãos de segunda categoria”. Quase por toda parte, porém, “liberais radicais” lutam pela *igualdade* de todos os cidadãos agitando a bandeira do “sufrágio universal” (masculino). Tratava-se aí da exigência de *democracia* (política), à qual seus adversários contestavam com os perigos do “jacobinismo” dos desordeiros e miseráveis que “nada possuíam de seu”, ou seja, as “classes perigosas” e ignorantes que precisavam ser vigiadas e controladas pelas autoridades.

A industrialização avançava rapidamente, desestruturando corporações e oficinas artesanais, produzindo levas e levas de “proletários” a se acumularem nos centros urbanos, em condições subumanas de existência. A literatura romântica, os primeiros inquéritos “sociológicos”, o conhecido texto de Engels (1844) constituem testemunhas da progressiva tomada de consciência burguesa da existência de uma grave “questão social”. Nessa mesma época (anos 20-30) multiplicam-se as propostas dos chamados “socialistas utópicos”, objeto das críticas de Marx e Engels no *Manifesto Comunista*, de 1848.

Essa “Europa romântica” da primeira metade do Oitocentos foi também uma Europa agitada pelos *movimentos nacionais*. Trata-se de movimentos cujo denominador comum é a luta em prol da afirmação e libertação de todas as “nações” européias, daí existir sempre um componente político associado ao cultural. O político constitui de certo modo uma extensão natural do credo liberal, se bem que a recíproca nem sempre fosse verdadeira, pois havia “nacionalistas” antiliberais. Com efeito, se muitos, como Mazzini, entendem “nação como produto de uma vontade coletiva, consciente portanto, há aqueles que identificam a “nação” como ser orgânico, com existência própria e independente de vontades e consciências subjetivas — a nação, neste caso, é maior que a soma dos indivíduos que a integram. O problema era ainda mais complicado, porém, tanto cultural como politicamente. Culturalmente complicado, pois, em vários casos, era preciso restaurar a língua nacional, resgatar uma literatura — ou produzi-la, recuperar a cultura popular e a história nacional. Mas também politicamente, pois, conforme

o caso, tratar-se-ia de “unificar politicamente” a nação dividida entre vários Estados — Alemanha, Itália —, ou de emancipar nações dominadas por um único Estado — nos impérios da Áustria, Rússia e Otomano —, ou por vários — caso da Polônia.

Os movimentos nacionais constituíam portanto uma ameaça direta à sobrevivência de alguns dos mais poderosos Estados europeus, bem maior, na verdade, que os movimentos liberais, pois, se com estes os “compromissos” eram, em princípio, viáveis, com aqueles a única política admitida era a da repressão policial.

Após o insucesso das revoluções de 1848 — a frustrada “primavera dos povos” —, o panorama político europeu encaminhou-se lentamente para a consolidação de instituições liberais, a partir de 1870, se entendermos o período de 1850-70 como uma espécie de passagem da “febre revolucionária” às “revoluções pelo alto”, ou à cristalização de regimes liberais censitários e oligárquicos. Os acontecimentos de 1848-50 assinalam com bastante clareza um momento histórico decisivo: aquele no qual as burguesias liberais, em sua maioria, abandonaram de vez o ideal da “revolução”, na medida em que esta se tornava, cada vez mais, uma ameaça à ordem burguesa ao agitar a bandeira da “democracia social”, ou “socialismo”. Alianças e compromissos entre diferentes setores das classes dominantes asseguraram, a partir de então, o jogo político liberal: alternância de partidos políticos (liberais x conservadores), liberalismo econômico, direitos e liberdades dos “cidadãos”.

Uma Europa de cabeças coroadas, é bom notar-se. Salvo nos casos franceses (III República) e suíço, os Estados europeus são monarquias constitucionais (alguns, como a Rússia, nem isto) com graus muito variados de poder efetivo dos príncipes em relação aos parlamentos. A idéia de “república” ainda atemorizava a muitos liberais, ao passo que a monarquia representava a estabilidade assentada na tradição hereditária. Monarquias parlamentares, cujos partidos, “liberais” ou “conservadores”, alternam-se no poder, embora, em alguns países, já se observe o rápido crescimento dos partidos social-democratas filiados à II Internacional Socialista. Os debates políticos giram em torno da ampliação do direito de voto, das liberdades sindicais, começando pelo direito de greve e, em alguns países, da conquista de “direitos sociais” (ou de segunda geração).

As semelhanças existentes entre as instituições políticas dos Estados europeus ocultam diferenças sensíveis em termos de representação política e tole-

rância para com os dissidentes. A representação é ainda limitada por várias restrições legais e práticas eleitorais corruptas e/ou controladas pelos detentores do poder. A tolerância é ambígua: real quando se trata de setores e ideologias de “direita”, contrários à democracia ou à “secularização” e ao “materialismo” do liberalismo burguês; inexistente em relação à “esquerda”, sobretudo quanto ao anarquismo, anarcossindicalismo, feminismo, assim como em relação aos nacionalistas contrários aos “nacionalismos oficiais”.

Nessa Europa “fim de século”, o nacionalismo expansionista ou imperialista exacerba a xenofobia e justifica a “paz armada”. O “caso Dreyfus”, exemplar em vários sentidos, traz à tona o anti-semitismo presente em muitos setores sociais, sobretudo na Europa Centro-Oriental. Em plena euforia causada pelos rápidos progressos científicos e tecnológicos, o cientificismo dominante, eivado de darwinismo social, produz também teorias geopolíticas e racistas que justificam o imperialismo e a superioridade européia, mas, irônica e retrospectivamente, o pensamento conservador e saudosista houve por bem chamar de “Belle Époque” a essa época da cultura ocidental...

Habitados como estamos a pensar essa Europa capitalista e liberal como “burguesa”, raras vezes nos damos conta das suas enormes diferenças econômicas e sociais. Poucas eram então, na realidade, as nações capitalistas, industrializadas, e muitas, a maioria, nas quais enclaves capitalistas conviviam com estruturas pré-capitalistas basicamente agrárias. Basta aqui mencionar dois exemplos ou casos típicos, Espanha e Rússia, tão distantes entre si geograficamente! Em ambos, é o problema fundiário — terra e campesinato — a grande questão não resolvida.

O termo “burguesia”, noção eternamente vaga, nada nos diz, nem acerca das burguesias dos países capitalistas nem tampouco do seu peso numérico, econômico e político em países ainda dominados pela velha aristocracia civil e eclesiástica de grandes proprietários de terras. Aí, na Europa Central e Oriental, e em vastas zonas do Mediterrâneo, a “agitação” principal está localizada nos campos, nos movimentos do campesinato, em seus enfrentamentos com as forças policiais e os grupos paramilitares armados pelos proprietários. É ainda nesses países (Europa Oriental) que as autoridades cultivam o anti-semitismo difuso das massas rurais e o avivam periodicamente com os pogroms.

Estas alusões bastante sumárias às características políticas, sociais e culturais da “Europa” oitocentista tiveram apenas a finalidade de introduzir o tema da “expansão capitalista”, em conexão com o exame das novas caracte-

terísticas do mercado internacional, relativizando a própria noção de “hegemonia européia”, capitalista e burguesa, pois, de fato, é sempre necessário indagar-se acerca de qual é a “Europa” que se tem em mente.

B) A EXPANSÃO CAPITALISTA OITOCENTISTA

1. Características gerais

Num livro, hoje clássico, sobre a expansão da burguesia capitalista européia durante o século XIX, intitulado *Les bourgeois conquérants* (traduzido como *A burguesia à conquista do mundo*), Charles Morazé (1965) traçou o perfil da conquista do planeta por uma burguesia empreendedora e sumamente eficiente, dada a competência que revelou para colocar ao seu serviço os recursos econômicos capitalistas e o instrumental científico e tecnológico em rápida expansão. Aliás, já em 1848, no *Manifesto Comunista*, Marx e Engels haviam sublinhado, em termos precisos, a importância histórica dessa burguesia “conquistadora”.

Nada é mais impressionante, talvez, como expressão das transformações operadas por essa burguesia em expansão, do que uma comparação entre a produção industrial, meios de transporte e de comunicação, urbanização e tecnologia em 1815 e 1914. Anos-luz separam a “Europa romântica” da “Belle Époque”!

A expansão capitalista ao longo do século XIX pode ser interpretada, em termos quer de continuidade, quer de ruptura, em relação à expansão dos três séculos anteriores. Continuação de um processo jamais interrompido, inclusive na época das “guerras da Revolução e do Império”, essa expansão assume agora, aos poucos, novas características do ponto de vista dos objetivos, métodos e motivações que a comandam. Todavia, tais características não se mostram uniformes nos espaços e tempos do Oitocentos, justificando assim, em parte pelo menos, a tradicional partição dessa expansão em dois períodos, separados por uma espécie de corte, ou mutação, situado em torno dos anos 1870-80.

Esta divisão da expansão em dois períodos, antes e após 1870-80, apresenta hoje em dia alguns problemas, em que pesem suas vantagens didáticas.

Um primeiro problema reside nos pressupostos teóricos que a embasam: a concepção de "capitalismo" e de sua história enquanto constituída de duas fases — a do capitalismo liberal, ou da livre concorrência, e a do capitalismo monopolista, ou imperialista e protecionista. Tal interpretação, na medida em que ficou associada ao marxismo, sofreu incessantes críticas e contestações de fora do campo marxista, agravadas, na última década, pela implosão do "socialismo real" e o subsequente agravamento da "crise do marxismo", a ponto de, na atualidade, o próprio termo "imperialismo" ser considerado por muitos historiadores como "pré-histórico".

Um segundo problema, bem mais relevante para nós, é a dificuldade que enfrenta o historiador da expansão ao tentar estabelecer distinções radicais entre o "antes" e o "após" 1870-80. Quer se trate de objetivos, métodos ou motivações, salvo, talvez, quanto a aspectos mais ou menos pontuais, não há como descrever-se diferenças qualitativas profundas entre as duas "épocas". O que se pode observar, na realidade, é a aceleração do processo expansionista em diversos sentidos, em conexão, provavelmente, com dois fatores: os efeitos da "grande depressão" (1873-96) do século XIX; a entrada em cena de novas potências — Alemanha, Bélgica, Itália, Japão, Estados Unidos e mesmo a Rússia — subvertendo inteiramente os dados de uma competição até então quase exclusivamente anglo-francesa.

Seja como for, essa expansão proporciona ao historiador a visão de um cenário de dimensão planetária em cujo palco contracenam alguns tipos de atores bem definidos: exploradores, missionários, militares e empresários.

Os exploradores, mistura de aventureiros e cientistas, internam-se em regiões praticamente desconhecidas à cata de conhecimentos geográficos, botânicos, zoológicos e etnográficos. Em lugar das viagens marítimas, típicas dos séculos anteriores, preponderam agora as expedições terrestres, sobretudo pelo continente africano, sudeste da Ásia e América do Sul. Além do valor de seus achados científicos, essas expedições forneceram importantes subsídios a alguns governos em termos do mapeamento de territórios. Sociedades científicas inglesas, norte-americanas e alemãs financiaram não poucas dessas expedições e, por outro lado, graças à importância da imprensa periódica, muitos exploradores-aventureiros tornaram-se "notícia", conquistando notoriedade e prestígio.

A ação dos missionários católicos e protestantes, bem menos sensacional, foi no entanto muito mais ampla e persistente. Tanto Roma como as organizações protestantes sediadas na Grã-Bretanha, França e Estados

Unidos, além de outras, empenharam-se em arrecadar fundos destinados à evangelização das populações africanas, asiáticas e da Oceania. As voltas com comerciantes inescrupulosos, militares pragmáticos e, sobretudo, com a hostilidade de chefes e elites das áreas escolhidas, esses missionários constituíram, não raro, motivo ou pretexto para intervenções diplomáticas e militares das potências que se sentiam responsáveis por sua segurança e liberdade, como na "Indochina", China, Japão e ilhas da Oceania.

Dos militares iremos tratar mais adiante; afinal de contas, as histórias da colonização dos países europeus nada mais são, num certo sentido, do que galerias dos feitos bélicos e administrativos de grandes "heróis coloniais" que derrotaram as "resistências bárbaras" ou "selvagens", organizaram uma administração e abriram caminho à "civilização" e ao "progresso".

Enfim, os empresários. Grandes ou pequenos, eles estão sempre presentes e atuantes. As vezes são os pioneiros, aqueles que chegaram primeiro e se estabeleceram com seus negócios, comprando e vendendo aos "nativos". Em outras ocasiões, chegam com os militares ou buscam tirar proveito do trabalho missionário. Os mais ricos, porém, tentam negociar diretamente com os governantes locais, fornecendo-lhes armas, munições, navios e empréstimos, em troca, às vezes, de "concessões" ou contratos vantajosos. Suas conexões políticas e financeiras na "mãe pátria" asseguram-lhes a ação de lobbies poderosos nos parlamentos e na imprensa. Mobilizar a opinião pública, a diplomacia, as forças armadas, se necessário, eis como se fecha então o circuito das disputas coloniais (Guillaume, 1974).

A expansão colonial oitocentista, contemplada à distância de quase um século, apresenta-se assim como uma curiosa mistura de aventura, espírito científico, fé missionária, conquista militar e ambição ou sede de lucro. Mistura esta que adquire unidade e consistência em função de uma idéia amplamente partilhada: a natureza intrinsecamente benéfica da expansão para os povos por ela atingidos. Em nome do "progresso", a propagação da "civilização" constitui uma "missão" e um "direito"; suas dificuldades, a começar pela "incompreensão" de muitos dos seus "beneficiários", são exatamente "o fardo do homem branco" a que se referiu Kipling.

1. Colonialismo e anticolonialismo

Em 1815, em Viena, a Grã-Bretanha é a grande vencedora, senhora dos oceanos e mares, dona de todos os territórios coloniais afro-asiáticos, antilhanos

e sul-americanos (Guianas). Generosa, ela devolve uma parte desses territórios a seus antigos donos em troca do reconhecimento de seus direitos soberanos sobre a outra parte. Maior potência colonial, a Grã-Bretanha não tem competidores; nem a França, nem a Holanda, muito menos Portugal e Espanha, são concorrentes de peso em matéria de domínios coloniais. A hegemonia britânica caracterizará, na verdade, boa parte do século XIX.

A vitória marítima e colonial não produziu, no entanto, entre os liberais britânicos, manifestações de euforia, muito pelo contrário. O liberalismo inglês proclamou e preconizou, como doutrina e como política, o “anticolonialismo”. Surgiu assim a ideologia que constitui a expressão oficial da política britânica até além da década de 1880. Uma ideologia bastante curiosa, pois, ao mesmo tempo que oculta um não-dito, é negada na prática.

O “anticolonialismo” britânico resultou da combinação de argumentos teórico-práticos com preocupações éticas. Teoricamente, desde Adam Smith os economistas da “escola clássica” do pensamento econômico (Bentham, Ricardo, Mill) vinham criticando a posse de colônias como contrária à racionalidade econômica e manifestação típica dos pressupostos errôneos nos quais se baseava o “Sistema Mercantil” (mercantilismo). Na prática, os exemplos históricos do seu sentido da colonização não faltavam: a independência das Treze Colônias, a rebelião negra em S. Domingos (Haiti), os movimentos autonomistas das colônias ibero-americanas. Simultaneamente, políticos radicais e associações religiosas lutavam contra a escravidão nas colônias (abolida, nas britânicas, em 1833-34) e o tráfico transatlântico (proibido ao norte do Equador, em 1815), empenhando-se, ainda, em projetos de retorno de escravos à África — origem de Serra Leoa e, mais tarde, da Libéria.

Os partidários do anticolonialismo fizeram muito barulho através de associações, jornais e debates parlamentares, até meados do século, propugnando sempre a “devolução” de colônias ou a “abstenção” de novas conquistas. Antes de abordar suas contradições, vale a pena explorar um pouco seus não-ditos.

A liberdade de comércio entre povos e nações — o chamado “livre-câmbio” — constituía então a principal bandeira do anticolonialismo. Só a livre-circulação de mercadorias e capitais traria reais benefícios a todos os envolvidos, vendedores e compradores, fazendo prevalecer, no mercado internacional, a racionalidade da “divisão internacional do trabalho”. Abrir os portos (mercados) é um objetivo necessário e legítimo que interessa a toda a

“humanidade”. Contra certas restrições políticas e tarifas alfandegárias excessivas fazia-se necessário negociar tratados de “livre-comércio” entre as “nações civilizadas”. Fora da Europa, porém, além da liberdade comercial, havia que se garantir as vidas e os bens de comerciantes e investidores europeus — e, é claro, também dos missionários — através da obtenção de garantias e da eventual aplicação de sanções no caso de ameaças ou violações cometidas contra pessoas ou interesses europeus.

Não estava dito, porém, que a segurança e o empenho britânicos em favor do livre-câmbio assentavam-se na própria hegemonia econômica da Grã-Bretanha, ou seja, no fato de que, por muito tempo ainda, simplesmente não havia, nem haveria, concorrentes capazes de ameaçar a supremacia industrial, financeira e marítima britânica.

Tampouco se proclamava abertamente que as resistências à “abertura” comercial e a garantia ou defesa de súditos da Coroa e de seus bens, assim como dos investimentos dos capitalistas londrinos, legitimavam a utilização de pressões diretas sobre os recalcitrantes: o poder de fogo das canhoneiras e o desembarque de tropas, em última instância, sempre em caráter “temporário”, convém frisar.

A fim de melhor organizar nossa exposição da expansão colonial, vamos, a partir de agora, dividi-la em função de seus respectivos “cenários” geopolíticos — o Império Otomano, a África sul-saariana, as regiões asiáticas e as Américas. Daremos especial atenção, em cada caso, às diferenças entre as “colônias de povoamento” e os outros tipos de colonização geralmente englobados sob o rótulo de “colônias de exploração”, aí incluídos os protetorados e zonas de influência. Entretanto, não deixaremos de sublinhar algumas das peculiaridades típicas desse “imperialismo do livre-câmbio” (Simmel, 1970), já que foram governos “liberais” que, no caso britânico, mais o praticaram.

2. Império Otomano

Em 1815 (Viena), o Império Otomano — a “Sublime Porta”, como então se dizia — há muito havia perdido aquele poderio militar que o havia caracterizado, do século XV ao XVII, e que semeara na cristandade um constante receio diante do “perigo turco”. O que agora existia era um Estado em franca decadência, ao qual logo os diplomatas europeus passariam a se referir como “o homem doente da Europa”.

↳ Império Otomano

Embora “doente”, o Império Otomano compreendia ainda territórios imensos e de grande importância estratégica: dos Balcãs à Península Arábica e Mesopotâmia (Iraque); da atual Turquia e Síria setentrional à fronteira do Marrocos, incluindo portanto Egito, Tripolitânia (Líbia), Tunísia e Argélia. Entende-se então por que as chancelarias européias ocuparam-se tanto com a “Questão do Oriente” (designação dada aos problemas do Império Otomano) durante todo o século XIX, pois ela envolvia considerações políticas e interesses coloniais.

Politicamente, do ponto de vista britânico, apoiado geralmente pela França, a “integridade” do Império Otomano constituía princípio fundamental de política externa, a fim de preservar intacta a barreira turca às ambições expansionistas de uma Rússia em contínuo movimento para sul e leste. Havia porém um complicador formidável: o domínio turco sobre as populações cristãs dos Balcãs. As afinidades e simpatias russas pelos “irmãos eslavos e ortodoxos” inquietavam ingleses e franceses, obrigando-os, por diversas vezes, a intervir em favor dos cristãos por meio de pressões cautelosas sobre o sultão. Entretanto, a movimentação das nacionalidades balcânicas, as simpatias russas e as complicadas manobras anglo-francesas inquietavam sempre o Império Austríaco (depois Austro-Húngaro), onde outras populações eslavas, inclusive dos Balcãs setentrionais, viviam sob o jugo germânico ou magiar. Nessa complicada partida de xadrez, ocorreram, é claro, sucessivas conjunturas de conflitos mais aguçados, inclusive bélicos — as chamadas “crises orientais” (*sic*), que se multiplicaram até 1914, quando o “incidente de Sarajevo” detonou o mecanismo que desencadearia a Primeira Guerra Mundial (Easton, 1964).

Se bem que a história dessa Questão do Oriente tenha quase tudo a ver com a expansão colonialista do capitalismo europeu, limitaremos aqui nosso estudo a apenas dois casos: *Egito e Argélia*.

2.1 Egito

Governando o Egito em nome do sultão, como paxá, Mohamet-Ali (1805-49) promoveu o início de uma “modernização” apoiada em técnicos e empréstimos anglo-franceses. A tentativa de incorporar a Síria deflagrou as “crises egípcias” (1832-33 e 1839-40), com intervenções russas e anglo-francesas culminando, em 1840, nas “demonstrações” das canhoneiras do comodoro Napier, que forçaram o paxá a um recuo definitivo e puseram em perigo a *entente* franco-britânica. O endividamento cresceu cada vez mais sob os suces-

sores de Mohamet-Ali — gastos com investimentos, obras e consumo suntuário, propiciando intensa competição entre capitalistas ingleses e franceses. A construção do Canal de Suez (1854-69) pela companhia organizada por Lesseps, com capitais franceses, acabou por favorecer a Grã-Bretanha quando, em 1875, o governo inglês (Disraeli), antecipando-se ao francês, comprou as ações da Companhia do Canal em poder do endividado “Khediva” Ismail.

A partir de 1876, a situação de bancarrota do tesouro egípcio levou Grã-Bretanha e França a estabelecerem uma espécie de “condomínio” sobre as finanças do Egito, com o objetivo de assegurar o pagamento da dívida externa. O agravamento da crise econômica e social deu sustentação à reação nacionalista de coronéis, como Arabi-Paxá, hostil aos estrangeiros. Demonstrações navais anglo-francesas foram seguidas de desembarque de tropas britânicas (1881-82), já que a França preferiu se abster. Vencidos os militares nacionalistas, seguiu-se a ocupação de todo o Egito, em três meses.

A ocupação britânica foi anunciada como “temporária” e necessária para garantir a defesa das “pessoas e bens estrangeiros”. O “temporário” tornou-se permanente, minando as relações anglo-francesas até 1904, quando a *entente cordiale* consignou, afinal, a “desistência” da França aos seus “direitos” no Egito em troca do apoio inglês à presença francesa no Magreb e sobretudo no Marrocos. Somente em 1914 a Grã-Bretanha proclamaria, afinal, seu protetorado sobre o Egito.

Nossa narrativa do caso egípcio justifica-se por se tratar de um dos exemplos mais expressivos de colonialismo em plena época de “anticolonialismo” liberal. Mas seu caráter exemplar não termina aí. Os métodos utilizados pela Grã-Bretanha e França no Egito são típicos da expansão colonialista: penetração econômica, facilidades financeiras, demonstrações navais, negociações diplomáticas entre as potências, à revelia dos maiores interessados — os colonizados! As diferenças entre colônias propriamente ditas, protetorados e zonas de influência tinham menos a ver com a realidade colonial do que com as sutilezas do jogo diplomático entre as potências européias (Garden, 1983; Easton, 1964).

2.2 Argélia

A Regência de Alger, domínio do Império Otomano, constitui outro exemplo interessante de colonialismo. Sob alguns aspectos sua história recorda a do Egito e, sob outros, a da África do Sul, como iremos ver adiante.

A conquista francesa de Argel, em 1830, justificada como uma “operação de polícia” contra a pirataria, também deveria ser “temporária”. Alguns anos depois já se falava em “ocupação restrita”; porém, com o rápido crescimento da imigração europeia, começaram os conflitos com a população islâmica. Sob a liderança de Abd-el Kader, os argelinos foram à luta contra os invasores e, assim, “forçado pelas circunstâncias”, o governo francês passou à “conquista total”, realizada sob o comando de Bugeaud, de 1840 a 1847. Paralelamente, avançava a imigração: 109.000 colonos em 1847 (47.000 franceses e 31.000 espanhóis); logo, na década de 1860, seriam mais de 200.000. Declarada “parte integrante do território francês”, pela II República, a Argélia caracterizou-se, desde sempre, pela estreita separação entre europeus (colonos) e muçulmanos (colonizados), uma das origens do *apartheid*, do qual se origina a Revolução Argelina, nos anos 50 do nosso século.

Contada assim, de forma sucinta, a história da colonização francesa da Argélia omite uma infinidade de eventos que nada têm a ver com o nosso texto, mas tampouco permite ao leitor perceber a “exemplaridade” acima mencionada. Dado o significado histórico desta última, talvez seja oportuno indicar-lhe os principais aspectos. A Argélia constituiu para a França o grande laboratório de um novo tipo de guerra — a “guerra colonial”; suas experiências produziram um tipo específico de oficial — o “oficial colonial” —, misto de chefe militar e administrador. A guerra colonial obrigou os militares franceses a adotarem táticas e estratégias pouco ortodoxas: unidades menores com grande mobilidade no terreno; razias sistemáticas e impiedosas a fim de cortar os abastecimentos do inimigo e aterrorizar seus simpatizantes; espionagem; negociações com lideranças religiosas; recrutamento de tropas entre os próprios colonos — como os zuavos — e, a seguir, entre as populações argelinas — como os spahis. As lições argelinas, uma vez assimiladas, foram utilizadas em muitas outras operações coloniais na África e Ásia.

Mas a conquista e “pacificação” da Argélia possibilitou também a criação de um cenário propício à carreira militar — promoções, medalhas, prestígio. A oficialidade superior, temperada no cadinho argelino, ocupou postos de destaque na metrópole, tanto militares como políticos. Nomes como Bugeaud, Lamoricère, Changarnier, Cavaignac, Saint-Arnaud, ficaram para sempre associados ao esmagamento das barricadas parisienses, em junho de 1848, ao golpe do “18 Brumário de Luís Bonaparte”, às guerras do II Império e à repressão da Comuna de Paris (1871). Aliás, Victor Hugo, em *La légende des siècles*, imortalizou alguns desses generais (Tersen, 1950; Guillaume, 1974).

3. África sul-saariana

Conhecida tradicionalmente pela denominação de “África negra”, esta parte do continente africano tornou-se, no século XIX, área de disputas entre as potências colonialistas interessadas não mais apenas nos entrepostos costeiros, mas na ocupação efetiva e exploração da totalidade dos espaços tidos como “disponíveis” para a colonização. Praticamente, como única exceção à regra, a África do Sul oferece-nos então o exemplo de uma colônia de povoamento cuja história constitui um capítulo à parte nesse processo de expansão colonial.

3.1 África Ocidental Atlântica

Nessa região, a expansão europeia seria por muito tempo um assunto anglo-francês. Em meio a possessões territoriais remanescentes dos antigos impérios ibéricos, os franceses e ingleses foram ampliando suas posições, algumas delas também antigas, podendo-se observar aí que, no conjunto, a estratégia francesa mostrou-se mais dinâmica e eficaz no sentido de estabelecer, progressivamente, a ligação, pelo interior, das suas colônias litorâneas, num movimento que acabaria por isolar as posições britânicas umas das outras.

A colonização francesa teve como bases iniciais a Costa do Marfim e o Gabão (1842), Daomé (1863) e o Senegal. Neste último realizaram-se os avanços mais significativos (antes de 1878) sob a direção do coronel Faidherbe (1854-65), um “oficial colonial” típico. A pretexto de “pacificar” o interior, expandiu-se o território da colônia, os soldados franceses enfrentando os militantes seguidores do “profeta” El Hadj-Omar. Vencidas as “resistências”, iniciou-se a efetiva exploração econômica, acompanhada da modernização do principal porto — St.-Louis.

Os avanços territoriais franceses compreendem uma série de expedições de reconhecimento, estabelecimentos religiosos e atividades mercantis de comerciantes-aventureiros. Litígios com os ingleses, a propósito de limites e bacias fluviais, foram mais ou menos constantes. Tratava-se, a bem dizer, de uma “corrida” na qual os mapas e os acordos com chefes tribais representavam sempre as vantagens decisivas.

Quanto aos britânicos, suas posições eram constituídas pela Gâmbia, Serra Leoa, Costa do Ouro (Gana) e o delta do Níger (Nigéria), onde anexaram a cidade de Lagos, em 1861.

A denominada “partilha da África”, em geral associada aos princípios estabelecidos pelas potências coloniais no Congresso de Berlim (1878), consistiu, de fato, no equacionamento de algumas disputas anglo-francesas e, principalmente, no reconhecimento das reivindicações alemãs (Camarões, Togo, Sudoeste Africano) e dos empreendimentos do rei da Bélgica, Leopoldo II, na bacia do Congo (futuro Congo Belga, depois Zaire). As decisões tomadas em Berlim tiveram sua maior influência no caso da África Oriental e dos planos portugueses de ligação entre Angola e Moçambique, confrontados e derrotados pelos projetos de Cecil Rhodes no sentido de estabelecer uma ligação britânica “do Cabo ao Cairo”. Tais disputas, no entanto, já pertencem efetivamente à época do imperialismo, tema de outro texto desta coleção (Tersen, 1950; Hobsbawm, 1977).

3.2 África do Sul

Desde o século XVII, colonos holandeses estabeleceram-se na região do Cabo (1652), sob o controle da Companhia das Índias Orientais. Os colonos, inclusive huguenotes franceses, avançaram aos poucos para o interior, anexando terras, entrando em luta com os chamados hotentotes e com os bantos, escravizando aqueles e despossuindo estes de suas terras. De 1795 a 1814 os ingleses ocuparam o Cabo e, afinal, o obtiveram em caráter definitivo em Viena (1814) por 6 milhões de libras.

Sempre expandindo suas fazendas de plantio e criação, os bôeres (colonos livres das zonas rurais, calvinistas) travaram várias guerras contra os cafres e se irritaram quando as autoridades inglesas iniciaram uma política de imigração (1820), introduziram um regime de propriedade e um sistema fiscal, e implementaram a abolição da escravidão (1834). Como resposta, os bôeres empreenderam o *Groot Trek* (Grande Migração). Em levadas sucessivas, eles avançaram para o interior, chegando às margens do Limpopo, Orange e Vaal (1834-9), em constantes choques com os zulus, cujas terras iam sendo por eles apropriadas. A tentativa dos bôeres de ocupar a região do Natal (1838) foi repelida pelos britânicos que ali estabeleceram uma nova colônia (1843), forçando-os a uma retirada (1846).

Na história da colonização européia na África do Sul, o período de 1834 a 1881 caracteriza-se pelos freqüentes conflitos entre tropas britânicas, colonos bôeres e tribos bantos, paralelamente à evolução mais ou menos autônoma do Cabo, Natal, Orange e Transvaal. O Cabo progrediu com certa rapidez, em termos políticos e econômicos, especialmente após a descoberta dos

diamantes do distrito de Kimberly (1867), no território dos gréguas, protetorado (1842) ao sul da Bechuanalândia (Botswana), esta depois também convertida em protetorado (1885). A política britânica consistiu em submeter as tribos guerreiras e estabelecê-las em grandes reservas “protegidas” — Basutolândia (1871), Zululândia (1879) e Swazilândia (1885). Todavia, esta política, algumas vezes auxiliada mas em outras prejudicada pelos missionários protestantes, obrigou os ingleses a campanhas militares contra tribos de bantos — basutos, zulus — e contra os bôeres, também às voltas com os gréguas, basutos e zulus.

O Natal teve uma evolução própria, em relação ao Cabo, inclusive em suas lutas com os zulus e, como especificidade, a importação de milhares de indianos para trabalharem na lavouras de cana-de-açúcar.

O Estado Livre de Orange (1836), reconhecido como independente em 1852 (Convenção de Bloemfontein), após quatro anos de lutas com os ingleses, em troca da abolição da escravidão em seu território, teve que lutar anos a fio contra basutos (leste) e gréguas (oeste), de modo que, durante anos, a única fronteira aberta era a do Transvaal (1844), cuja independência foi reconhecida por Londres, também em 1852 (Convenção de Sand River).

A partir de 1874, sob Disraeli, a política imperialista britânica conduziu a uma tentativa frustrada de anexação que terminou na derrota inglesa e confirmação da autonomia do Transvaal (1881). Logo depois, contudo, com a descoberta das minas de ouro do Transvaal, (1885), reacendeu-se o conflito, agora personificado no duelo entre Krüger, presidente do Transvaal, ideólogo de um país agrícola, auto-suficiente, e Cecil-Rhodes, primeiro-ministro do Cabo (1890), envolvido com grandes empresas capitalistas de mineração e ferrovias, cujos planos contemplavam o domínio de toda a África, pois, como ele mesmo afirmou, “conquistaria os planetas, se pudesse”.

Começava, também na África do Sul, a *Era do Imperialismo*, e permaneciam, como heranças do período anterior, um *apartheid* de fato e o problema da expropriação sistemática das tribos africanas da maior e melhor parte de suas terras de agricultura e criação (Easton, 1964; Guillaume, 1974).

4. Regiões asiáticas

Incluimos neste tópico a Índia, os países do Sudeste da Ásia, a China e o Japão; por extensão, poder-se-iam incluir neste grupo também a Austrália, a Nova Zelândia e a Oceania.

basutos -

4.1 Índia

Não nos seria possível, é obvio, narrar a história da Índia. A uma parte dela já nos referimos, ao tratarmos do século XVIII. Entre o Tratado de Alahabad (1765) e a extinção total da autoridade da Companhia das Índias (1858) após a revolta dos sipaios (1857-58), quando o governador-geral foi promovido a vice-rei, a expansão britânica prosseguiu sempre, inexorável. Ao lado da Índia Britânica, alguns Estados hindus e muçulmanos conservaram uma certa autonomia, controlada pelo vice-rei.

Conquistas territoriais, sucessivas reformas fiscais e administrativas, começos da “modernização” econômica, lutas com os *sikhs* (Lahore) e afegãos caracterizam as administrações de uma vasta galeria de governadores-gerais, como W. Hastings, Wellesley, Lord Minto, Lord Dalhousie, entre outros. Dominado o subcontinente, voltaram-se as atenções britânicas para as fronteiras do noroeste e nordeste. Para garantir a primeira, tentaram, por duas vezes, os britânicos colocar um aliado no trono do Afeganistão, em 1839/41 e 1878/80; derrotados em ambas, de maneira humilhante, o pesadelo de Cabul permaneceria por longos anos na memória militar inglesa. A nordeste, a expansão foi mais fácil; do Assam, os ingleses avançaram pela costa da Birmânia (Myanmar) e ocuparam Rangum (1852) após o que se seguiu um período de guerras intermitentes com os soberanos birmaneses, afinal encerrado com o estabelecimento do protetorado britânico (1867).

A importância da dominação britânica pode ser resumidamente analisada de acordo com duas ordens de aspectos: o impacto sobre a sociedade indiana e as práticas de dominação e controle adotadas pelos ingleses.

O impacto colonialista compreende dois processos sucessivos: a desarticulação da economia artesanal, rural sobretudo, e a exploração imperialista sistemática.

A desarticulação do artesanato indiano dá seus primeiros sinais na passagem do século XVIII ao XIX. A chegada de carregamentos de tecidos mais baratos produzidos nas fábricas inglesas compromete as tradicionais exportações de tecidos indianos ao mesmo tempo que a matéria-prima, o algodão, é cada vez mais açambarcada pelos compradores ingleses e enviada para o Lancashire. Em 1833, quando cessa o monopólio comercial da Companhia das Índias, inicia-se verdadeira invasão de mercadorias inglesas, que acelera a desintegração da indústria artesanal e provoca desemprego e miséria no Decã e outras regiões, sobretudo nas áreas rurais. O aumento das exigências

fiscais e certas decisões administrativas e policiais contrárias a costumes hindus considerados “bárbaros” ou “atrasados” aumentam as tensões socio-culturais que acabam por explodir no “motim” de 1857-58, a partir do levante dos regimentos de sipaios — tropas de hindus e muçulmanos sob o comando de oficiais ingleses. Propagando-se com rapidez pela Índia Central e vale do Ganges, a revolta, apesar das adesões que recebeu e da surpresa e lentidão das reações inglesas, acabou dominada graças à fidelidade de uma parte das tropas indianas, à chegada de reforços britânicos e ao apoio prestado pelos *sikhs* e afegãos à Coroa de S. M. Britânica, o que não deixa de ser bastante irônico.

A exploração imperialista é a marca da dominação britânica a partir de 1858. Grandes obras de infra-estrutura são então empreendidas a fim de baratear as exportações e facilitar as importações. Investe-se em grandes plantações de algodão, chá, café e anil, e na exploração de minérios. Ao mesmo tempo, o sistema fiscal esmera-se em assegurar o pagamento dos custos dessa modernização pelos próprios indianos. Recursos financeiros e tropas das Índias garantiram uma grande parte das ações britânicas no Sudeste da Ásia e alhures. Embora ausente de muitos estudos acerca da “Época do Imperialismo”, pois não se trata de uma “nova” conquista, a Índia representa talvez o exemplo mais impressionante de exploração imperialista em larga escala (Panikkar, 1956).

As práticas inglesas de dominação e controle coloniais, no caso da Índia, constituem formas e dimensões pioneiras e exemplares. Em nenhum outro espaço colonial, com as dimensões do subcontinente indiano, uma potência revelou tamanha habilidade e competência políticas para manobrar e se servir das rivalidades entre príncipes, das diferenças e conflitos étnicos e religiosos, e da babel de línguas. No âmbito administrativo, o *civil service* da Índia criou suas próprias estruturas e vedou aos “nativos” o acesso aos postos intermediários e superiores, tornando-se a grande escola-modelo de formação de funcionários coloniais. Na esfera militar, o princípio de assegurar o domínio e manter a ordem através do recrutamento dos próprios “nativos” sofisticou-se ao máximo na Índia em função da utilização das inúmeras diferenças e rivalidades em que a Índia é tão pródiga.

Pairando acima de todos esses mecanismos e práticas, estava um sentimento de superioridade cultural, às vezes também social, que se traduzia no distanciamento e na ênfase nas diferenças: a etiqueta oficial, a língua inglesa, os círculos e espaços de sociabilidade restritos, a religião cristã. Para os bri-

tânicos, a Índia era seu orgulho e sua missão, difícil mas necessária, embora nem sempre “bem compreendida” (Hobsbawm, 1977).

4.2 Sudeste da Ásia

Podemos resumir a expansão colonial nessa parte da Ásia em três atos: a conquista britânica, a ocidente; a francesa, a oriente; e a divisão da principal área intermediária — o Sião (Tailândia).

A oeste, do norte para o sul, os ingleses, na Birmânia, passaram do protetorado (1867) à anexação à Índia (1885). Na outra extremidade (sul), os “Estabelecimentos dos Estreitos”, Cingapura, Malaca, Penang, foram separados da Índia e elevados à condição de “colônias da Coroa” (1867). A seguir, manobrando em seu favor as rivalidades entre os sultanatos malaios, a Grã-Bretanha criou, sob sua proteção, a Federação de Estados Malaios (1895). Capitais europeus, imigrantes chineses e indianos implementaram o plantio da hévea (borracha) e a extração de estanho. Ao lado de Hong Kong (China), Cingapura tornou-se peça-chave do imperialismo britânico na Ásia.

A leste, do sul para o norte, a expansão colonial francesa avançou pelas “estradas” abertas, desde o século XVIII, por suas missões católicas. A hostilidade do novo reino do Vietnã (Cochinchina, Anã e Tonquim) aos cristãos, nas primeiras décadas do Oitocentos, justificou o envio de um esquadrão naval por Luís Felipe. Sob Napoleão III, pressões católicas e interesses econômicos favoreceram os primeiros passos da conquista territorial: demonstração de um esquadrão naval franco-espanhol (1858), ocupação de Saigon (1859) e conquista da Cochinchina (1863/67). Assim, se a Argélia era uma “coutada” do exército, a Indochina logo se transformou em área exclusiva da marinha. Em lugar de coronéis ou generais, são os almirantes que governam e expandem as conquistas. O Camboja foi feito protetorado, em 1863, mas a conquista do Anã e Tonquim ficou para a política imperialista de Jules Ferry (1882-85), já nos primórdios do imperialismo da III República.

As rivalidades anglo-francesas nessa região retardaram o estabelecimento do protetorado francês no Laos (1887-93) e determinaram para o Sião a condição de “Estado-tampão” (1893-96), no qual se assegurou a sobrevivência da monarquia tailandesa, dividindo-se o país em duas “áreas de influência” — francesa e inglesa.

Assim, preocupados apenas com seus próprios objetivos militares e comerciais (os franceses, no caso, buscavam uma rota de acesso ao sul da Chi-

na), França e Grã-Bretanha dividiram entre si, mais uma vez, outra importante “fatia do bolo asiático” (Terseu, 1950; Easton, 1964).

As Índias Orientais Holandesas (Indonésia) não constituem exatamente um caso de “expansão colonial”. Colonizadas desde o século XVII pela Companhia das Índias Orientais (holandesa), estiveram sob domínio francês (1795-1811) e inglês (1811-19), quando foram devolvidas à Holanda tendo, já então, a sua economia (baseada no cultivo de especiarias) em franca decadência, em meio a revoltas de alguns sultões e conflitos dos comerciantes locais com os chineses, que, em grande número, os estavam deslocando.

Na verdade, há dois períodos a se considerar, quanto aos métodos de exploração dos recursos locais: antes e após 1870. O primeiro período está associado ao governo de J. Van den Bosch (1830-39), que introduziu o chamado “sistema de culturas”, isto é, o trabalho compulsório dos “nativos” nos cultivos de exportação: índigo, cana-de-açúcar, café e tabaco. O “sistema” foi considerado um sucesso pelos colonizadores mas levou à drástica redução das culturas de subsistência, a começar pela do arroz. Em consequência, ocorreram sucessivos períodos de fome, sobretudo em 1848-50, seguidos de revoltas populares contra corvéias e impostos excessivos.

Em Haia, o novo governo constitucional, diante das denúncias veiculadas pela imprensa, promoveu uma investigação parlamentar que teve como resultado a abolição do “sistema” de cultivo obrigatório e reformas fiscais e comerciais.

A partir de 1870, a nova “Lei Agrária” abriria as ilhas a empresas privadas capitalistas, as quais introduziram o sistema das grandes plantações (*plantage*) para exportação. Um forte afluxo de capitais, sobretudo ingleses, permitiu grandes obras de infra-estrutura e a intensificação da exploração das minas de estanho e de carvão (e, mais tarde, de jazidas de petróleo). A “modernização” econômica não trouxe, no entanto, melhoria sensível no padrão de vida da população em geral. Tampouco foi ela suficiente para encerrar de vez as revoltas regionais em alguns sultanatos, como o de Atchim, que exigiram custosas operações militares até começos do século XX (Guillaume, 1974).

4.3 Extremo Oriente

Tanto na China como no Japão, a expansão do mercado capitalista defrontou-se com sociedades fechadas, por princípio, aos intercâmbios com os

estrangeiros, o que incluía não apenas os comerciantes mas também os missionários ocidentais. Esse fechamento traduziu-se na limitação, ao mínimo possível, dos contatos com os “bárbaros”, do que resultou, na prática, que apenas Cantão, na China, e Nagasaki, no Japão, permaneceram relativamente abertos a partir dos séculos XVII/XVIII. Em Cantão, o comércio europeu estava sob o controle do Cohong, corporação de comerciantes autorizados pelo governo. Em Nagasaki, somente os holandeses podiam aportar uma ou duas vezes ao ano.

Em Cantão, os funcionários chineses exigiam elevadas comissões aos comerciantes em troca de autorizações e favores; o superintendente, conhecido por *hoppo*, era em geral o mais corrupto — e o mais poderoso. Havia ali cerca de 13 feitorias de comerciantes ingleses e norte-americanos, os quais compravam sobretudo chá, além de sedas, brocados, porcelanas, bronzes e pedras preciosas.

Até 1820, pagava-se tudo com a prata (do México, via Filipinas, do Japão, obtida pelos holandeses, e da Índia, levada pela Companhia das Índias). Como os chineses não compravam quase nada, o saldo comercial era favorável à China, que podia continuar a entesourar prata em grandes quantidades. Por volta daquele ano, no entanto, o ópio, que já vinha sendo introduzido de contrabando, em pequenas quantidades, passou a ser a mercadoria principal dos ingleses, que o obtinham na Índia (Bengala), e dos americanos, que o compravam aos turcos. Apesar das severas proibições já existentes na China contra o comércio e consumo de ópio, seu contrabando quadruplicou-se em menos de vinte anos, pois, com a conivência de funcionários chineses, ele entrava clandestinamente através de mais de dez portos litorâneos.

O contrabando de ópio e a difusão de seu consumo, sobretudo entre burocratas e militares, inquietou o governo chinês, além de se constituir também em ameaça à própria autoridade imperial. O estancamento do afluxo da prata e a completa inversão que o contrabando do ópio determinou — a prata começou a sair do país em quantidades cada vez maiores — provocaram grave crise monetária e social. A prata valorizou-se e a tradicional relação entre ela e as moedas de cobre alterou-se com rapidez — o dinheiro perdeu em poder de compra, isto é, os preços dispararam. Logo, descontentamentos populares explodiram por toda parte, favorecendo grupos e sociedades secretas tradicionalmente hostis à dinastia Manchu (Chesneaux e Bastid, 1972).

De acordo com a interpretação dada pelas autoridades, era imprescindível impedir-se o contrabando de ópio, mas, segundo elas, o problema maior

era o da corrupção dos próprios funcionários chineses. Em 1839, um decreto imperial reiterou e ampliou severas punições a serem aplicadas tanto a comerciantes como a consumidores chineses de ópio. Logo a seguir, pondo em prática essas determinações, o novo superintendente do porto de Cantão determinou a prisão de centenas de infratores e o confisco e a queima dos estoques de ópio existentes nos armazéns. Foi o suficiente para dar início à chamada “guerra do ópio” (1839-42).

Conflitos com os comerciantes ingleses provocaram, como de hábito, a intervenção das canhoneiras britânicas. Bombardeios, pequenos desembarques, estendendo-se a outros portos, acabaram por convencer as autoridades chinesas de que a única saída eram as negociações. A Grã-Bretanha, pelo tratado de Nanquim (1843), obteve várias concessões, a começar pela ilha de Hong Kong. As demais vantagens logo foram estendidas à França, Estados Unidos e Rússia (1844-5) graças à cláusula da “nação mais favorecida”.

Basicamente, a China viu-se obrigada a consentir na abolição do Cohong; abertura de mais cinco portos; rebaixamento dos direitos aduaneiros ao limite de 5%; extraterritorialidade jurídica dos estrangeiros residentes em portos chineses; e permissão de navios de guerra estrangeiros atracarem em qualquer porto da China.

Os tratados de 1842/45 foram os primeiros de uma longa série de “tratados desiguais” impostos à China no século XIX, em detrimento da sua soberania. Logo após esses primeiros tratados, os europeus iniciaram o processo de ampliá-los em seu favor. Um dos seus primeiros passos consistiu em fazer de suas “concessões” (áreas urbanas destinadas à residência de estrangeiros) autênticos “enclaves” conforme ali estabeleceram instituições municipais próprias, inclusive milícias à européia. Logo viria também o controle por inspetores europeus das receitas das aduanas, começando pelo porto de Xangai.

Pressionado pelos estrangeiros e tendo que enfrentar sucessivas revoltas internas, como a dos Taipings e dos Nian-Nian, o governo chinês viu-se obrigado a recorrer à ajuda militar britânica e francesa em alguns momentos críticos, ao mesmo tempo que crescia o número de missionários protestantes e católicos, sobretudo estes, em diversas províncias, gerando freqüentes conflitos, já que estavam proibidos de viajar ao interior do país.

Até 1860, o comércio ocidental não se expandiu como se imaginara antes da “abertura”. O mercado era limitado às imediações dos portos, pois, no interior, a produção artesanal local resistia com sucesso aos tecidos importados. Os ingleses apropriaram-se da navegação de cabotagem e, por

de Nanquim

Revolta dos Taipings -

Revolta dos Nian-Nian -

outro lado, obtiveram grandes lucros com a exportação dos *coolies* para o trabalho nas plantações de Cuba, Peru e Austrália, quase como escravos. O que prosperou de fato foi o tráfico de ópio, agravando-se seus efeitos negativos sobre a balança comercial, circulação monetária e preços.

Conflitos intermitentes entre ingleses e milícias locais, especialmente em Cantão, e a má vontade de alguns mandarins mais hostis aos estrangeiros levaram os ocidentais a apresentar novas exigências, em 1854, mas o novo imperador Xianfeng (1850) apoiou firmemente os “intransigentes”, embora o próprio centro do poder estivesse cada vez mais dividido pelos antagonismos entre chineses e manchus. França e Grã-Bretanha, aproveitando-se de tais divisões, empreenderam, em 1856-60, uma série de operações militares — a “segunda guerra do ópio”. Cantão foi bombardeada e tomada (1858); as tropas tomaram e saquearam Pequim (1860), inclusive o Palácio de Verão, e a Corte teve que negociar. Os tratados de Tientsin (1858) e Pequim (1860) ampliaram consideravelmente as concessões aos ocidentais: abertura de mais 11 portos; acesso dos navios ocidentais aos principais rios chineses; direito de circulação pelo interior do país para comerciantes e missionários; legalização da importação do ópio; livre-circulação das mercadorias ocidentais pelo interior do país, isentas de taxas, salvo um acréscimo de 2,5%; indenizações de guerra em favor da França e Grã-Bretanha; reconhecimento, pelo governo de Pequim, das missões diplomáticas estrangeiras. Enquanto isso, a Rússia, que se aproveitou da crise para chegar ao Pacífico, obteve o reconhecimento da conquista da margem setentrional do rio Amur e da oriental do Ussuri (onde fundaram Vladivostok), em 1860.

A partir de 1860, a penetração ocidental avançou com rapidez, compreendendo praticamente todos os setores da vida chinesa. O processo de “modernização” acelerou-se, gerando mudanças profundas no plano econômico e social. A intensificação das atividades missionárias e a crise das estruturas tradicionais provocaram freqüentes manifestações xenófobas e movimentos de rebeldia em algumas províncias. Dividido entre a conciliação com o Ocidente e assimilação dos seus recursos técnicos e científicos, e a defesa intransigente das formas tradicionais, o mandarinato foi presa fácil das novas e sempre maiores exigências ocidentais (Chesneaux e Bastid, 1972).

Assim, muito antes da época identificada como “imperialista” pela historiografia, a China já era alvo do imperialismo ocidental.

No caso do Japão, o impacto ocidental repercutiu sobre uma sociedade bem diferente da chinesa. Desde 1603, os Tokugawas detêm o xogunato e

controlam política e militarmente o país. Seu governo — Bakufu —, em Edo, exercido em nome do imperador, Mikado (Kioto), baseia-se numa hierarquia rígida de fidelidades feudais do xogum aos daimios (grandes vassalos) e seus feudos — *han*, e destes aos guerreiros — *samurais*.

Desde 1639, o Bakufu havia isolado o país do exterior. Apenas em Nagasaki eram permitidas a chineses e holandeses atividades mercantis estritamente regulamentadas. Todavia, lentamente, processou-se uma certa mobilidade social, expandiu-se a economia monetária, enriquecendo os comerciantes e empobrecendo os samurais, e daimios e o próprio Bakufu. Por outro lado, as influências ocidentais penetraram através dos livros, mapas, instrumentos científicos e armas de fogo, “fuzis e canhões”, bem como a literatura sobre estratégia e tática militares ocidentais. O impacto da “abertura” repercutiu intensamente sobre a sociedade. Havia uma coesão muito forte em torno de valores comuns, e as divergências diziam respeito aos meios e não aos fins, isto é, a questão jamais se colocou para os grupos dirigentes como sendo a de aceitar ou rejeitar a modernização, mas sim como escolher a estratégia menos prejudicial ao país.

Em julho de 1853, o comodoro Perry chegou a Edo com uma frota de guerra a fim de entregar ao xogum uma carta do presidente dos Estados Unidos (Fillmore), pedindo a abertura dos portos e anunciando que retornaria no ano seguinte para receber a resposta. Em agosto, porém, navios russos chegaram a Nagasaki com idêntica petição. Apesar de algumas resistências, a maioria dos daimios consultados pelo xogum pronunciou-se contra uma guerra imediata. Em fevereiro, Perry retornou, com um quarto da frota norte-americana, e em março foi assinado o tratado de Kanagawa que abria dois portos — Hakodate e Ximoda — e aceitava a presença de um cônsul. Logo se seguiram tratados análogos com a Grã-Bretanha (1854) e Rússia (1855). Outras negociações, a seguir, culminaram, em 1858, num tratado de comércio entre Estados Unidos e Japão. Novos portos foram abertos até 1863, e, tal como na China, ficaram asseguradas a extraterritorialidade jurídica e a redução das tarifas aduaneiras. Em troca, os japoneses receberiam barcos, armas e técnicos. Na esteira do tratado, logo a Holanda, Rússia, Grã-Bretanha e França obtiveram tratados equivalentes.

A partir dessas concessões aos estrangeiros, desencadeou-se uma complicada luta interna envolvendo o Bakufu, os feudos a ele fiéis e os que se lhe opunham, sob a liderança dos daimios de Satsuma e Xoxu. Entre o ir e vir de alianças e choques armados, agita-se a bandeira do sentimento nacional,

contrário aos estrangeiros e por extensão ao Bakufu. Aos poucos, o imperador se torna o centro dos projetos dos setores que aspiram à conquista do poder. A Corte Imperial estimula a resistência e os ataques aos estrangeiros e seus aliados, respondendo os ocidentais — norte-americanos, franceses, ingleses — com bombardeios navais e desembarques de tropas contra Satsuma e Xoxu. Ao final, em 1867, já enfraquecido, o Bakufu, quase completamente isolado, entrega o poder político ao novo imperador — Mutsuhito. A batalha final foi travada em janeiro de 1868: tomada do palácio imperial pelos inimigos do xogum e proclamação da Restauração do Império. Embora os partidários do xogum tenham resistido ainda por um ano, o Bakufu fora liquidado. Em abril de 1868, o imperador leu o “Juramento dos Cinco Artigos”, embrião de código constitucional do novo regime, sendo a capital transferida para Edo e rebatizada como Tóquio.

O movimento que devolveu o poder ao imperador e as transformações políticas, sociais e econômicas subsequentes são chamados Meiji-*ishin* (renovação de Meiji). Mutsuhito reinou sob o nome de Meiji (governo iluminado). A chamada Revolução Meiji, compreendendo a restauração imperial e a época que se lhe seguiu, marca o início do processo acelerado de “modernização” do Japão. De 1868 a 1881, aceleram-se as transformações das instituições e da economia, apesar de dificuldades e crises, inclusive sublevações de camponeses e samurais, agravadas também pela inflação. A partir de 1880, desenhou-se o perfil do novo Japão, um país que, apesar de tudo, não caiu nas malhas do “imperialismo” — empréstimos, investimentos, dependência — e converteu-se, já em 1894/5, na única potência imperialista não-ocidental. Seria bom se pudéssemos analisar esse “milagre oriental” que tantas dores de cabeça viria a dar aos ocidentais, mas, infelizmente, temos que deixar o assunto para outro texto (Coquin, 1972).

5. Américas

Muito embora não seja habitual a inclusão do continente americano em histórias da expansão capitalista no século XIX, acreditamos que seriam oportunas algumas referências a fim de completarmos o desenho deste texto, deixando de lado tradicionais divisões disciplinares.

O continente americano durante o século XIX não constitui exceção à regra vigente em outras partes do globo: a hegemonia do capitalismo britâ-

nico. No Brasil, a “preeminência britânica” (Manchester, 1973) é bastante conhecida dos historiadores; nos países hispano-americanos tampouco há maiores diferenças (Donghi, 1972).

Não se trata, é claro, de recontar a história dessa “preeminência”. Trata-se de um mero lembrete. O importante mesmo do lembrete é a sua função no contexto deste trabalho: a de assinalar que as teias do colonialismo não foram tecidas apenas com “partilhas” tendentes à instalação de “colônias” em sentido estrito. Mas há também outra razão: refutar a tendência que, em nome de supostas diferenças “essenciais”, imagina os países latino-americanos como um caso à parte, à margem do colonialismo ou, quem sabe, alvos de um “neocolonialismo” (*sic*) *avant la lettre* ou retrospectivo.

Se a presença britânica é então o fato dominante, suas formas de atualização foram naturalmente diferentes conforme se tenham em vista o Canadá, os Estados Unidos ou, finalmente, a América Latina.

O Canadá, no início do século XIX, era constituído por uma justaposição de colônias diferentes entre si, especialmente as de colonização francesa e as de colonização inglesa. A unificação do território atual processou-se por etapas e sua integração deveu-se sobretudo à construção de ferrovias, culminando na Canadian Pacific Railway (1886). Mais difícil, porém, foi a tarefa de reunir em uma federação as diferentes províncias e territórios, objetivo alcançado, em 1867, pelo British North America Act. Área de imigração britânica e de afluxo de capitais, o Canadá, tal como a Austrália e a Nova Zelândia, ocupou um lugar privilegiado no âmbito do Império Britânico, tendo sido fundamentais suas conexões com o grande vizinho do sul — os Estados Unidos (Guillaume, 1974).

Os Estados Unidos aumentaram continuamente seu comércio com a antiga metrópole, de onde afluíram imigrantes e capitais em quantidades crescentes já na primeira metade do século XIX. Capitais britânicos foram não raro decisivos na construção de ferrovias e canais, modernização de portos, criação de bancos, financiamento de exportações — a começar pelo algodão e tabaco. Qualquer tabela estatística do movimento dos capitais britânicos nesse século evidencia seu direcionamento predominante para os Estados Unidos.

Do ponto de vista da expansão territorial, os Estados Unidos interessaram-se, primeiro, pelos imensos territórios situados a oeste e a sul. Tal expansão compreendeu a “conquista do Oeste”, aquisições mediante compras e anexações decorrentes de guerra.

O Oeste foi conquistado pelos pioneiros à custa de quase-extermínios dos peles-vermelhas e de uma política de concessão de terras que favoreceu a iniciativa e as ambições dos recém-chegados. Decorreu desse processo toda uma tradição histórica e sociológica que tem na “fronteira” e no tipo humano a ela associado o tema central de suas análises sobre a formação da sociedade norte-americana.

Compras e acordos resultaram na aquisição da Louisiana (à França, em 1803), da Flórida (à Espanha, em 1819), do Alasca (à Rússia, em 1867) do Oregon, em 1848 (objeto de tratado com a Grã-Bretanha).

A Guerra com o México iniciou-se depois que o Texas, em 1845, decidiu incorporar-se à União americana, prolongando-se o conflito até 1848. Além do Texas, foram então incorporados os territórios do Novo México, Arizona e Alta Califórnia. Bem a tempo, aliás, pois se iniciava então a “corrida” rumo ao ouro californiano.

Durante a Guerra de Secessão (1861-65), as relações americanas ficaram um tanto estremecidas com a Grã-Bretanha e a França. Com os britânicos, por causa da recusa do governo inglês em reconhecer o bloqueio dos portos sulistas, grandes fornecedores do algodão consumido pelas fábricas britânicas. Com a França, porque esta, apesar de favorável a Washington, aproveitou-se do velho pretexto colonialista de cobrar dívidas não pagas para invadir o México (1861) e ali instalar, como imperador, o príncipe Maximiliano. Uma aventura trágica: após a saída do exército francês (1866), as tropas de Juarez prenderam e executaram o “Imperador do México”.

Os Estados Unidos, no entanto, não estavam ausentes do cenário das disputas coloniais. Vimos como o comodoro Perry apareceu no Japão em 1853; os interesses americanos em Cuba obrigavam a uma constante vigilância, assim como as disputas pelas ilhas e arquipélagos da Oceania. Desde meados do século, desenvolveu-se em certos círculos intelectuais e políticos a ideologia do “Destino Manifesto”, cujas metas eram as Antilhas e os territórios ao “sul do Rio Grande”, visando afirmar nessas áreas a presença americana. Na última década do século, a política americana se afirmaria no Extremo Oriente: na China, defendendo o princípio da “porta aberta” contra as manobras européias tendentes a fragmentar o mercado chinês em concessões fechadas à concorrência; nas Filipinas, obtidas após uma guerra com a Espanha (1898-99), como ponta-de-lança em relação aos portos chineses e japoneses e à expansão russa a partir da Sibéria oriental.

A guerra hispano-americana propiciou aos Estados Unidos a posse virtual da ilha de Cuba e a incorporação da ilha de Porto Rico. Tratava-se de fazer frente à posição dominante da Grã-Bretanha nas Antilhas, senhora da Jamaica, Bahamas, Trinidad, Tobago, Santa Lúcia, Domenica, e outras menores. Havia ainda Belize, na Guatemala, e a Guiana (a parte tomada aos holandeses em 1815). A questão da construção de um canal interoceânico já se constituía então, nessa última década do Oitocentos, como centro de interesses e manobras de americanos, ingleses e franceses (Garden, 1983).

CONCLUSÃO

Ao término desta longa exposição, queremos sublinhar alguns dos pontos essenciais a respeito de, pelo menos, dois aspectos: o que se excluiu e a forma que se imprimiu ao texto como um todo.

Excluir é uma tarefa sempre difícil, especialmente quando ditada por motivos de economia de páginas.

Na realidade, realizamos dois tipos de exclusão: dos assuntos a serem desenvolvidos em outros textos desta coleção e, em segundo lugar, de temas que, embora pertinentes, não consideramos fundamentais. Pertencem ao primeiro tipo “os vários caminhos nacionais de emergência do capitalismo”, a “Segunda Revolução Industrial” e a “expansão imperialista”, embora, quanto a esta última, nem sempre tenha sido possível respeitar-se 1870-80 como data limite. No segundo grupo, lamentamos não ter sido possível incluir as colonizações da Austrália e Nova Zelândia e a complicada partilha dos arquipélagos da Oceania.

Quanto à forma que imprimimos à narrativa, optamos por informar o leitor, e não apenas apresentar-lhe análises gerais e abstratas. Tal opção talvez tenha acarretado uma sobrecarga, quem sabe excessiva, de “dados empíricos” ou “fatuais”. Pensamos, porém, que seria útil ao leitor não especializado situar com precisão uma série de acontecimentos decisivos, hoje praticamente esquecidos, como forma de distinguir o texto histórico dos seus gêneros sociológicos ou econômicos, mais ou menos imprecisos e genéricos. A preocupação com o espaço-tempo esteve assim sempre presente.

Enfim, as questões teóricas. Adotamos uma perspectiva que irá certamente parecer a alguns um tanto antiquada. Mencionamos, mas não traba-

lhamos com elas, as interpretações baseadas no conceito de “sistema mundial capitalista europeu”, ou na “acumulação mundial”. Assim o fizemos a fim de evitar longas discussões teóricas que contrariariam o espírito desta coleção. Não deixamos, porém, passar a oportunidade de relativizar a visão tradicional acerca de supostas rupturas, no seio da expansão capitalista, quer entre um “antigo” e um “novo” sistema colonial, quer entre a expansão anterior e posterior a 1870-80.

Onde acertamos, onde nos equivocamos, compete ao leitor crítico assinalar.

BIBLIOGRAFIA

- Barreto, Luís Filipe. 1978. *Os descobrimentos e a ordem do saber*. Lisboa, Gradiva.
- Bergeron, L. 1983. “O grande comércio marítimo”. In L. Pierre (dir.). *Inércias e revoluções, 1730-1840*, vol. III, Tomo I, da *História Econômica e Social do Mundo*. Lisboa, Sá da Costa, 1983, pp. 45-126
- Bouvier, J. 1961. *Initiation au vocabulaire et aux mécanismes économiques contemporains (XIVe-XXe siècles)*. Paris, Sedes.
- Bouvier, J. et alii. 1982. “Os mundos atrasados”. In Léon, P. (dir.) *História Econômica e Social do Mundo*, v. 4 — A dominação do capitalismo 1840-1914. T. 2. Lisboa, Sá da Costa.
- Braudel, F. 1979. “O tempo do mundo”. In *Civilização Material*, tomo 3. Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII. Trad. portuguesa de Telma Costa. Lisboa, Teorema, s/d., pp. 25-70.
- Butel, P. e Bergeron, L. 1983. “O grande comércio marítimo”. In Léon, P. (dir.). *História Econômica e Social do Mundo*, v. 3 — Inércias e revoluções, 1730-1840. T. I e II, Lisboa, Sá da Costa.
- Chesneaux, J. e Bastid, M. 1972. *China, de las guerras del opio a la guerra franco-china (1840-1885)*. Barcelona, Vicens-Vives. Trad. de Maité Boyat.
- Cipolla, C. 1967. *Cañones y velas en la primera fase de la expansión europea (1400-1700)*. Barcelona, Ariel. Trad. de Gonzalo Pontón.
- Coquin, F.-X. et alii. 1983. “Os países de industrialização tardia”. In L. Pierre (dir.). *Inércias e revoluções*, vol. III, tomo II, da *História Econômica e Social do Mundo*. Lisboa, Sá da Costa, pp. 475-524.
- Darnton, R. 1996. *O Iluminismo como negócio*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996. Trad. de Laura Teixeira Motta e Maria Lucia Machado.
- Diderot, D. 1972. *Supplément au voyage de Bougainville*. Paris, Garnier-Flammarion.
- Donghi, T. H. 1972. *Hispanoamérica después de la independencia*. Buenos Aires, Paidós.

- Dreyfus, F. et alii. 1983. “Os países industrializados tardios”. In Léon, P. (dir.) *História Econômica e Social do Mundo*, v. 3. Inércias e revoluções. T. II. Lisboa, Sá da Costa.
- Easton, S. C. 1964. *The rise and fall of Western colonialism*. Nova York, F. A. Praeger.
- Elias, N. A. 1987. *Sociedade de Corte*. Lisboa, Estampa, 1987. Trad. de Ana Maria Alves.
- Engels, F. 1961. *La situation de la classe labourieuse en Angleterre*. Paris, Ed. Sociales. Trad. de J. Badia e J. Frédéric. *Avant-propos* de E. J. Hobsbawm.
- Falcón, F. J. Calazans. 1994. O imaginário republicano no século XVIII e Tiradentes. In *Tiradentes Hoje: imaginário e política na república brasileira* (Anais do Seminário). Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, pp. 101-138.
- Foucault, M. 1975. *Surveiller et punir. Naissance de la prison*. Paris, Gallimard.
- Frank, A. G. 1977. *Acumulação mundial — 1492-1789*. Rio de Janeiro, Zahar. Trad. de Hélio Pólvora.
- Garden, M. 1983. “O mundo extra-europeu”. In L. Pierre (dir.). *Inércias e revoluções*. In tomo I, da *História Econômica e Social do Mundo*. Lisboa, Sá da Costa.
- Giddens, A. 1991. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo, Unesp, 1991. Trad. de Raul Fiker.
- Glamann, K. 1981. “European Trade — 1550-1700”. In Cipolla, C. *The sixteenth and seventeenth centuries* (The Fontana Econ. Hist. of Europe vol. 2). Glasgow, Collins/Fontana.
- Godinho, V. M. 1968. “A evolução dos complexos histórico-geográficos”. In *Ensaio I*. Lisboa, Sá da Costa.
- Guillaume, P. 1974. *Le monde colonial — XIXe-XXe siècles*. Paris, A. Colin.
- Hobsbawm, E. 1992. *A era dos impérios — 1875-1914*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3ª ed. Trad. de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo.
- _____. 1977. *A era das revoluções — 1789-1848*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. Trad. de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Pinchel.
- _____. 1977. *A era do capital — 1848-1875*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. Trad. de Luciano Costa Neto.
- Jasmin, M. 1997. *Alexis de Tocqueville. A historiografia como ciência da política*. Rio de Janeiro, Acess.
- Kellenbenz, H. 1981. “Technology in the age of the scientific revolution — 1500-1700”. In Cipolla. *The sixteenth and seventeenth centuries* (The Fontana Econ. Hist. of Europe). Glasgow, Collins/Fontana.
- Koselleck, R. 1985. *Futures past. On the semantics of historical time*. Cambridge, MIT Press. Trad. Keith Tribe.
- _____. 1985. *Critica illuminista e crisi della società borghese*. Bologna, Il Mulino, 1972. Trad. de G. Panzieri.
- Landes, D. S. 1994. *Prometeu desacorrentado*. Transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até a nossa época. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. Trad. de Vera Ribeiro.
- Laslett, P. 1969. *Un monde que nous avons perdu*. Les structures sociales pré-industrielles. Paris, Flammarion. Trad. de Christophe Campos.